



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Ata da 177ª reunião, realizada em 20 de junho de 2018

1 Em 20 de junho de 2018, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente
5 Germano Luis Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e
6 Desenvolvimento Sustentável, e o presidente suplente Anderson Silva de Aguiar,
7 secretário adjunto. Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha, da
8 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Lino
9 Ramos do Nascimento, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Ivonice Maria
10 Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); André Port Artur de Paiva
11 Torres, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Marcela
12 Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de
13 Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop);
14 Wesley Antônio Tadeu Monteiro Cantelmo, da Secretaria de Estado de Cidades e
15 de Integração Regional (Secir); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria
16 de Estado de Fazenda (SEF); Ricardo Hott Júnior, da Secretaria de Estado de
17 Desenvolvimento Agrário (Seda); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar
18 de Minas Gerais (PMMG); Francisco Chaves Generoso, do Ministério Público do
19 Estado de Minas Gerais; Douglas de Carvalho Henriques, da Comissão de Meio
20 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas
21 Gerais (ALMG); Julio Cesar Dutra Grillo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
22 dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil:
23 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
24 de Minas Gerais (Faemg); Gustavo Henrique Penno Macena, da Federação das
25 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Wagner Soares Costa, do
26 Conselho da Micro e Pequena Empresa; Lucilene Aparecida da Silva, da
27 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
28 (Fetaemg); Rinaldo César Mancin, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);
29 Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais
30 (CMI); José Antônio da Cunha Melo, da Associação Brasileira de Engenharia
31 Sanitária e Ambiental (Abes); Paulo José de Oliveira, da Associação Pró-Pouso
32 Alegre (Appa); Gustavo Henrique Wykrota Tostes, da Organização Ponto Terra;
33 Marcelo Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus Rio
34 Paranaíba; Miguel Ângelo Andrade, da Pontifícia Universidade Católica de Minas
35 Gerais (PUC Minas); Paula Regina Balabram, da Universidade Fumec; Alírio
36 Ferreira Mendes Júnior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
37 (Crea); Luciano de Almeida Costa, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME).

38 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino
39 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Germano Luis Gomes Vieira
40 declarou aberta a 177ª reunião do Plenário do COPAM. “Eu queria dizer para
41 vocês que é uma satisfação nós nos reunirmos hoje e dizer também que maior
42 satisfação ainda é eu me deparar com esses novos equipamentos que estão aqui
43 conosco. A todo momento continuamos nesse trabalho incessante de incremento
44 e modernização da nossa secretaria, dos nossos serviços, logo na prestação do
45 serviço para a comunidade. Maior satisfação ainda, toda vez que eu entro aqui
46 neste plenário, eu tenho a satisfação de ver o ambiente com qualidade para que
47 possamos discutir com mais tranquilidade sem aquele barulho incessante.
48 Parabenizar a Vânia, a Suger, por tudo isso que nós conquistamos, essa
49 dignidade também do conselheiro no seu ambiente laboral. São equipamentos que
50 vieram, inclusive, na indenização pela Fundação Renova dos dispêndios que o
51 Estado teve com o acidente de 2015, o desastre, já internalizando esses
52 equipamentos. Ao invés de recebermos em pecúnia, nós informamos quais eram
53 os equipamentos de que o Estado precisava, e isso foi convertido nesses
54 equipamentos, e hoje nós estamos fazendo uso deles pela primeira vez aqui no
55 Plenário do COPAM, com muita satisfação.” **3) COMUNICADOS DOS**
56 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
57 “Na reunião da Câmara de Atividades Minerárias de 27 de abril de 2018, em um
58 determinado momento, discutindo a questão de barragens de rejeitos, eu me
59 positionei dizendo que ‘quem vota aqui aprovando é também parcialmente
60 responsável por isso’. E depois: ‘Eu acho que é o momento de nós repensarmos
61 essa questão da responsabilidade’. O presidente daquela sessão, o Yuri Rafael,
62 respondeu dizendo que vê ‘com muita cautela querer responsabilizar o Conselho
63 em relação a essas coisas’. ‘É muito tormentoso falar na responsabilidade tanto
64 cível quanto criminal dentro do Código Penal’. E depois: ‘Eu acho muito complexo,
65 muito perigoso, temerário falar em responsabilização do Conselho, não vejo essa
66 possibilidade’. Óbvio que naqueles casos em que tem a previsão legal de
67 negligência, imprudência, imperícia, algum caso em que se aja por dolo,
68 obviamente, pode-se ter responsabilidade, sim, até mesmo porque os senhores
69 aqui são servidores públicos. Eu tinha deixado isso para lá, mas fui ler a ata da
70 reunião aqui da plenária do COPAM, no dia 14 de março de 2018. E essa ata, a
71 partir da linha 1.081, fala de esclarecimentos sobre impedimento e suspeição de
72 conselheiros. Esse debate, que foi muito extenso – ocupa aqui mais de dez
73 páginas –, acabou não sendo conclusivo. Eu gostaria que esse debate voltasse
74 agora com a inclusão do esclarecimento sobre a responsabilidade dos
75 conselheiros nas suas decisões. Comentando sobre isso, eu comentei com o
76 pessoal da Advocacia Geral da União, e a resposta que eu tive deles foi o
77 seguinte: ‘A atuação do COPAM poderá ser penalizada em caso de omissão ou
78 falha, sendo que seus membros estão sujeitos a responder por isso. Em matéria
79 de proteção ambiental, há responsabilidade civil do Estado quando a omissão do
80 cumprimento adequado de seu dever de fiscalizar for determinante para a

81 concretização ou agravamento do dano causado. No caso de dano ambiental, a
82 responsabilidade é objetiva (Art. 14, §1º, Lei 6.938/1981). Assim o Estado
83 responderá, objetivamente, por dano causado ao meio ambiente decorrente de ato
84 comissivo seu. (Art. 37, §6º; Art. 225, caput, da Constituição; Art. 3º, inciso IV, Lei
85 6.938/1981). Há uma discussão se, no caso do ato omissivo do poder público, a
86 responsabilidade seria objetiva com provação apenas do dano e do nexo causal,
87 ou subjetiva, nessa hipótese, necessária a presença do dolo ou culpa. Contudo, já
88 existem algumas decisões recentes – por exemplo, do Superior Tribunal de
89 Justiça, RE 1071.741 – no sentido de responsabilização objetiva do Estado por
90 dano ambiental praticado na modalidade omissiva. Portanto, existiria a
91 solidariedade na responsabilidade do poder público quando esse, omissivamente,
92 figurar como poluidor. Assim, no caso de omissão de dever de controle e
93 fiscalização, a responsabilidade da administração pública é solidária, mas de
94 execução subsidiária. Primeiro se tenta a reparação junto ao agente privado que
95 provocou o dano ambiental. Falhando, o Estado responde. Uma vez condenado o
96 Estado, o mesmo poderá ajuizar uma ação de regresso contra os seus
97 representantes, em tese, os conselheiros do COPAM, nos casos de dolo ou culpa.
98 Nesse sentido, o artigo 37, parágrafo 6º, da CRFB/88: ‘A administração pública
99 direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito
100 Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade,
101 moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte. §6º - As pessoas
102 jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público
103 responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a
104 terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de
105 dolo ou culpa.’ Eu gostaria, só para encerrar, de lembrar da Lei 9.605, de fevereiro
106 de 1998, que, no seu artigo 2º, diz: ‘Quem, de qualquer forma, concorre para a
107 prática dos crimes previstos nesta lei incide nas penas a esses cominadas na
108 medida da sua culpabilidade, bem como o diretor ou administrador ou membro do
109 conselho de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto, o mandatário de
110 pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a
111 sua prática quando podia agir para evitá-la’. E o artigo 3: ‘As pessoas jurídicas
112 serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme disposto
113 nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão do seu
114 representante legal ou contratual ou por seu órgão colegiado no interesse ou
115 benefício da sua entidade. Parágrafo Único - A responsabilidade das pessoas
116 jurídicas não exclui a das pessoas físicas autoras, coautoras ou partícipes do
117 fato.’ Dali para frente, só para citar mesmo os artigos 6º, 15º, 24º, 29º, 33º, 38º,
118 40º, 54º, 66º. Todos esses artigos mostram possibilidades de crimes ambientais
119 que poderiam, por ação ou omissão, estarem sendo praticados por conselheiros.
120 Por isso eu acho que é pertinente a volta da discussão desse tema e, dessa vez,
121 com um pouco mais de abrangência.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira:
122 “Sobre esse tema, os esclarecimentos de impedimento e suspeição foram levados
123 à CNR, e acreditamos que foram devidamente prestados. Sobre a questão da

124 descrição dos requisitos legais, de fato, são requisitos legais que norteiam todos
125 os servidores públicos. É bom que o Ibama esteja envolvido neles porque,
126 diferente de nós, unilateralmente, são vocês que decidem o licenciamento. Aqui é
127 um conselho, então, nosso parecer é sugestivo. Então, é bom que isso também
128 fique claro para vocês. O que nós temos que fazer aqui é incentivar uma
129 participação democrática ao invés de criar fatos em que as pessoas deixem de
130 querer, inclusive, participar. Mas, obviamente, estão aqui sabendo das
131 responsabilidades que têm, previstas na legislação. Sobre tudo essas legislações
132 que o senhor.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Desculpe-me se provoqueei
133 uma interpretação que não era essa. Talvez eu tenha apresentado minha fala com
134 certa dubiedade. A intenção não é a de afastar os conselheiros, em hipótese
135 alguma, é de fazer com que a discussão seja, circunstancialmente, dependendo
136 do tema a ser apresentado, mais aprofundada. Porque o que eu sinto, que vi ao
137 longo da minha história, participando em conselhos, é que muitas vezes o
138 posicionamento de diversos conselheiros é sem ter um embasamento,
139 extremamente superficial, sem analisar as consequências. Essa discussão nasceu
140 em função de eu estar falando sobre a minha preocupação com alteamento de
141 barragem de rejeitos e com novas barragens de rejeitos. Que nós sabemos que
142 muitas das que estão aí ainda vão cair. Nós tivemos, em 15 anos, sete
143 rompimentos de barragem, muitos com mortes. Então, um conselheiro, quando vai
144 deliberar, tem que pensar que ele é também responsável por possíveis desastres,
145 possíveis mortes no futuro. É só isso.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira:
146 “Eu não vou alongar o debate, Dr. Grillo, mas eu acho que há um certo equívoco.
147 Primeiro, vocês também têm uma responsabilidade ao fazer afirmações dessa
148 natureza, de que as barragens que estão aí vão cair.” Conselheiro Julio Cesar
149 Dutra Grillo: “Algumas delas vão cair. É um histórico.” Presidente Germano Luis
150 Gomes Vieira: “Eu não tenho essa bola de cristal, mas eu acredito que a
151 responsabilidade – nós já discutimos muito aqui no Conselho, nas Câmaras e na
152 Advocacia do Estado – é integralmente do empreendedor. Inclusive, do último
153 desastre que nós tivemos, todas as investigações que foram feitas, tanto no
154 âmbito do COPAM como no âmbito da Secretaria, vejam, por favor, quem é que
155 está sendo, de fato, responsabilizado sobre essa matéria. E mais um órgão
156 federal, que é o agente fiscalizador, que eu acho que tem até assento aqui neste
157 Conselho. Da inovação que o Estado tem, através do seu programa de gestão de
158 barragens, que é o único programa estadual, sem parâmetro em qualquer outro
159 Estado da Federação. Sobre as nossas iniciativas de fomento de geotecnologias,
160 de contatos entre as empresas para incentivo de novas tecnologias ambientais,
161 sejam do monitoramento das suas estruturas, como nós fizemos na Holanda, e
162 depois no seminário na recente missão à China, com alternativas à disposição do
163 rejeito. Nos fomentos que nós temos feito, junto com o Ministério Público, em
164 ações judiciais para incentivar essas tecnologias. Então, eu acho que é esse o
165 papel do poder público, dar esse tipo de fomento a alternativas das barragens,
166 garantia de sua segurança e, sim, ser firme naquelas que não têm a estabilidade

167 garantida, como nós fazemos em todas as ações judiciais que temos proposto
168 contra esses empreendedores que detêm ainda essas estruturas. Sobretudo, a
169 iniciativa do Estado de proibir barragens a montante, na tecnologia que foi a
170 mesma de Fundão, iniciativa essa que foi assumida pelo Ministério Público
171 Federal como exemplo e recomendada ao DNPM, então, agora Agência de
172 Mineração, fazer o mesmo para o Brasil inteiro. Eu vou levar como dever de casa
173 a sua sugestão. Hoje, o nosso procurador de Estado não está aqui presente
174 porque está em uma demanda indicada pela AGE, e nós estamos sendo
175 assessorados pelos jurídicos da casa, para que façam essa avaliação que o
176 senhor colocou. E na próxima reunião nós trazemos essa questão.” Conselheiro
177 Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Já que o representante do Ibama tocou nesse
178 assunto – é um assunto que eu, pessoalmente, venho discutindo já há longa data,
179 não só nesta como nas demais Câmaras –, eu só queria completar a fala dele em
180 razão do que porventura o procurador vier analisar. Em abril do corrente ano –
181 mais precisamente, salvo engano, dia 28 de abril –, foi promulgada a Lei
182 13.655/2018, que alterou as normas de introdução ao direito brasileiro. Eu gostaria
183 de destacar dois artigos. Eu já, inclusive, fiz esse destaque na CNR. Que muda
184 um pouco esse conceito, a princípio, que se tem em relação às responsabilidades,
185 pelo menos a meu entender. É o artigo 20, que fala que, ‘nas esferas
186 administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores
187 jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da
188 decisão’. O outro é o artigo 28, que deixa muito claro, e aí extrapola a questão do
189 dolo: ‘O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões
190 técnicas em caso de dolo...’ E aí cria uma outra figura: ‘ou erro grosseiro’. Por
191 diversas vezes, senhor secretário, nos pareceres de vista que eu fiz questão de
192 apresentar, nos diversos casos que eu tive em minhas mãos e pude estudar de
193 uma maneira mais aprofundada, eu observei erros grosseiros, pelo menos ao meu
194 juízo de valor, e fiz questão de apontá-los de forma objetiva. Um deles foi no caso
195 do recurso do licenciamento da Anglo American, de Conceição do Mato Dentro.
196 Era um processo de 27 mil, e dentro do processo de licenciamento eu observei
197 vários erros, questões de impedimento e de suspeição que envolviam órgãos e
198 entidades, o que, inclusive, foi a razão inicial daquele pedido. Ainda que tivessem
199 me pedido que os casos concretos fossem devidamente apontados, eu não ouvi
200 uma solução por parte do Estado em relação às demandas a época apresentadas
201 e de forma objetiva. O que eu quero dizer com isso? Ainda que não haja
202 procedência naquilo que era apresentado, o mínimo que eu acho que tem que ser
203 feito são a avaliação do que é argumentado e uma resposta técnica em cima
204 disso. E eu acho que esses casos – como outro que vou citar aqui de forma
205 objetiva – me preocupam. E aí eu vou citar por que me preocupam. Eu vou citar o
206 caso da Cersul, que está pautada para o dia 26 agora na Câmara Especializada.
207 Esse caso passou por mim quando conselheiro no Parque do Rola Moça, e está a
208 cargo da Suppri, que eu entendo que seja uma superintendência voltada a
209 projetos prioritários, com um pessoal altamente qualificado na análise dos

210 empreendimentos. Passou até na mão do Ministério Público, e se assinou um
211 TAC. Que eu, pessoalmente, discordo. Postou-se nos diversos pareceres que
212 foram apresentados no âmbito do conselho do parque – aí diz respeito só aos
213 impactos daquele empreendimento no parque – a necessidade de estudos
214 complementares para se avaliar a viabilidade ambiental ou não daquele
215 empreendimento em razão daquela unidade de conservação. O próprio Ministério
216 Público, no TAC, deixa claro uma série de estudos de impactos em relação a
217 hidrologia, em relação às próprias unidades de conservação. E aí a minha
218 pergunta é: podem esses estudos serem postergados para a fase de
219 implantação? Ou seja, esses estudos são meramente para definição dos impactos
220 e estabelecimento das mitigações e compensações ou são necessários à análise
221 da viabilidade ambiental do empreendimento? A meu sentir, são estudos
222 imprescindíveis para análise da viabilidade ambiental do empreendimento.
223 Logicamente, a Suppri pode entender de forma diferente, o conselho lá e a
224 Câmara Técnica podem entender de forma diferente. Mas a minha visão é de que
225 é, de uma forma transparente, um erro grotesco ou grosseiro de análise de um
226 empreendimento. Pessoalmente, a forma como o empreendimento foi
227 apresentado, eu acho que é a melhor, sim, porque está fazendo análise dos
228 próximos 50 anos. Ou seja, é o que eu gostaria que todo empreendimento que
229 fosse pautado assim fizesse? Sim, mas, por isso, deixarmos de avaliar a coisa da
230 forma como manda a lei? E no caso da questão hídrica a lei é expressa sobre a
231 viabilidade hídrica. Como passar para uma próxima fase de licenciamento, como
232 permitir pautar uma LP sendo que essa questão não está devidamente
233 esclarecida? E aí vai o meu pedido para a Secretaria. Se é possível isso e se o
234 entendimento majoritário do corpo técnico da Secretaria entende que não há
235 necessidade de um de um estudo completo hidrológico para que se comprove a
236 viabilidade hídrica de um empreendimento, que isso pode ser feito nas outras
237 fases, que seja adotado, de forma isonômica, para todos os demais
238 empreendimentos de todos os demais empreendedores do Estado. Que seja o
239 entendimento de forma linear no Estado e não porque é ‘o empreendimento’ ou ‘o
240 empreendedor’ que está na superintendência prioritária. Eu acho que o
241 entendimento técnico, seja mineração, seja o pequeno agricultor ou seja um
242 grande loteador, tem que haver uma isonomia nisso, tem que haver segurança
243 jurídica por parte da sociedade em relação às decisões técnicas, em relação à
244 postura do Estado nos diversos empreendimentos. Então, é nesse sentido que eu
245 provo, mais uma vez, a SEMAD no sentido de fazer uma avaliação dessa
246 questão.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu me comprometo, eu vou
247 levar novamente essas considerações ao corpo técnico da superintendência, na
248 qual eu confio muito pela capacidade técnica que eles têm, a sua formação.
249 Sobretudo nessa superintendência, nós temos formações multidisciplinares, um
250 corpo técnico exemplar, e eu tenho certeza de que todos esses esclarecimentos
251 que o senhor está colocando vão ser levados no momento da Câmara Técnica e
252 explicado exaustivamente sobre tudo que norteou a análise desse processo, que

253 começou de uma forma e hoje está de uma forma completamente diferente,
254 sobretudo pela atuação do Conselho, do qual o senhor faz parte, mas também da
255 Secretaria, que, desde o início, deu diretrizes corretas para fazer uma adequada
256 ocupação territorial. Não da forma como era, inicialmente, interesse do
257 empreendedor, mas como nós poderíamos abortar, paulatinamente, com o
258 crescer do tempo, com a disponibilidade hídrica a ser demonstrada com a
259 evolução dos estudos. Isso é que justificou a celebração do termo de ajuste
260 preliminar com o órgão ministerial.” Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “Eu
261 gostaria de trazer ao Conselho um pedido de análise de uma moção para criação
262 dos Parques Estaduais de Botumirim e Serra Negra da Mantiqueira. Se me
263 permitem a leitura. ‘Prezados e prezadas conselheiros e conselheiras do COPAM,
264 solicito avaliação por este egrégio Conselho do encaminhamento dessa moção
265 aos órgãos competentes pela criação de unidade de conservação em Minas
266 Gerais, referente ao reconhecimento do esforço, de forma participativa,
267 democrática e com embasamento técnico suficiente para criação das unidades de
268 conservação do Parque Estadual de Botumirim e do Parque Estadual da Serra
269 Negra da Mantiqueira. Trata-se de importante unidade de conservação e que aqui
270 destaco. Para o Parque Estadual de Botumirim. A área proposta para criação do
271 Parque Estadual de Botumirim está localizada na Serra do Espinhaço e tem como
272 prevista a área 35.402 hectares. A futura unidade de conservação está a 197 km
273 de Montes Claros e à distância de aproximadamente 620 km de Belo Horizonte. A
274 proposta de criação do Parque Estadual de Botumirim tem como objetivo a
275 preservação de áreas estratégicas para conservação da biodiversidade da região
276 em que está inserida, inclusive com fauna e flora endêmicas e ameaçadas de
277 extinção. Destaca-se também que a nova unidade de conservação é relevante do
278 ponto de vista de proteção de importantes afluentes do rio de Jequitinhonha, bem
279 como para preservar o riquíssimo patrimônio espeleológico e arqueológico da
280 região. A área onde a futura unidade de conservação deverá ser implantada é
281 composta, em sua grande maioria, por Campos Rupestres, o que compõe o
282 mosaico de áreas insubstituíveis do ponto de vista da biodiversidade e também
283 ecossistêmica. Além disso, a área é composta por formações florestais típicas do
284 bioma Cerrado, Veredas e Florestas Estacionais Semidecíduais. Importante dizer
285 da complementação do sistema de unidade de conservação para a região, pobre
286 em unidades de conservação, pretendida como zona núcleo da fase 2 da Reserva
287 da Biosfera da Serra do Espinhaço já aprovada no seu Comitê Estadual, com
288 destaque especial. E trata-se de uma área de alta relevância dada a ocorrência de
289 recente redescoberta de uma ave raríssima, rolinha-do-planalto (*Columbina*
290 *cyanopis*), dada como extinta pela ciência. Ela foi avistada na área proposta para
291 criação da unidade de conservação.’ Palavras do Sr. Paulo Scheid, do IEF: ‘A
292 rolinha-do-planalto é endêmica do Cerrado e foi avistada pela última vez em 1941,
293 mas foi reencontrada na região em julho de 2015. Esse fato reforça,
294 significativamente, a necessidade de criação dessa unidade de conservação por
295 tratar-se de uma espécie altamente vulnerável e frágil’. ‘Justificativa para criação

do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira. Quanto à proposta da criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, destacam-se aqui justificativas para a criação daquele parque nessa região. Área de recarga de grande interesse socioeconômico no contexto regional; área de grande diversidade, com ocorrência de espécies raras e ameaçadas de extinção, a exemplo da espécie de anfíbio *Hylodes perere*, endêmica da Serra Negra, não sendo encontrada em outras áreas de altitude próximas, como o Parque Estadual do Ibitipoca e também da Serra do papagaio ou mesmo no Parque Nacional do Itatiaia. Dentro também de espécie de herpetofauna, destaque do cágado *Hydromedusa maximiliani*, que está categorizada como vulnerável pelas listas estadual de Minas Gerais (Machado 2008) e o Livro Vermelho de Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção, da IUCN. Também dentro das espécies extremamente vulneráveis ou ameaçadas: *Culicivora caudacuta*, papa-moscas-do-campo, é considerada vulnerável; *Amazona vinacea*, papagaio-do-peito-roxo, considerada em perigo; e *Primolius maracanã*, considerada quase ameaçada. E ainda lobo-guará, gato-do-mato, *Puma concolor* (onça-parda). E também grande possibilidade de ocorrência do muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*). Importância biológica. Área prioritária para conservação e relevância nos contextos estadual e nacional, região de grande diversidade paisagística, beleza cênica e potencial turístico. A região guarda o maior remanescente de fragmento da Mata Atlântica, mata úmida de altitude contínua da região do Circuito Serras do Ibitipoca, compondo assim um mosaico de áreas protegidas e com capacidade de reconhecimento de corredores ecológicos expressivos, contribuindo com a eficiência da conservação da biodiversidade, desenvolvimento de bases conservacionistas, segundo o Ministério do Meio Ambiente, e funcionalidade ecossistêmica. Por ser uma região em que a maioria da parte da área não tem aptidão agrícola e pastoril e, certamente, com isso, possibilidade de potencializar o turismo regional sustentável.’ Após ouvir as demandas da população, eu tive acesso aos estudos de criação dessas duas unidades de conservação, houve uma redução da área ao lado da serra em Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde. A unidade de conservação de proteção integral, teria 6.800 hectares. Porém, na proposta da área em discussão com a comunidade local, passou a ser de cerca de 4.203 hectares, ficando melhor desenhada no lado das cidades de Olaria e Lima Duarte. Esta é a moção que solicito encaminhamento por este Conselho. Respeitosamente, Miguel Andrade.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Muito obrigado, professor Miguel. De fato, são áreas belíssimas, com relevância ambiental significativa. Está dentro da proposta da nossa administração da Secretaria e do IEF a criação das duas unidades, em um pacote de seis unidades que o governador, inclusive, anunciou há uns dois meses, de conseguir ser efetivado até o último dia desta gestão, até 2018. E nós concordamos plenamente com o senhor, com a moção. Para você ter uma ideia de todo um processo de criação de uma unidade de conservação, nós partimos sempre dos estudos técnicos ambientais que demonstram a viabilidade ambiental, a relevância

339 ambiental, que justificam a unidade de conservação, até mesmo para nos mostrar
340 se aquela categoria de unidade de conservação que está sendo eleita para o
341 Estado, para criação, condiz com os pertences ambientais que estão dentro dos
342 seus limites, para sabermos se é, de fato, a categoria mais indicada para aquela
343 modalidade. Se é indicada e se aquela categoria é a mais indicada. Então, nós
344 estamos convencidos de que são as mais indicadas, os dois parques, que são
345 áreas relevantes do ponto de vista ambiental. Nas audiências públicas, são
346 mecanismos importantíssimos para que consigamos dialogar com aquela
347 comunidade que vai conviver com a unidade de conservação. Sem essa
348 convivência harmônica, uma unidade de conservação não sobrevive, não
349 consegue realmente cumprir seu papel. Então, fizemos uma antecipação de
350 riscos, uma gestão de impactos sociais das áreas. Os novos limites – como o
351 professor registrou na sua moção – já foram definidos com esse viés de tentarmos
352 chegar a limites de convivência harmônica, e foram esses limites que justificaram
353 o encaminhamento da Secretaria para a Casa Civil do governo propondo a edição
354 desses dois decretos. É óbvio que em um momento desse de crise financeira,
355 crise econômica, uma preocupação que vem do governo é: ‘Que sinalização é
356 essa que nós estamos passando com criação de unidades de conservação, sem
357 que o Estado possa proceder a sua imediata regularização?’ O meu papel agora
358 como secretário de Meio Ambiente é esclarecer ao governo e a todos aqueles que
359 tenham essa dúvida, sobretudo alguns deputados da Assembleia Legislativa que
360 já fizeram alguns questionamentos, é de que, quando você edita um decreto de
361 conservação, você tem uma justificativa que é a própria conservação da unidade.
362 Isso por si só já valeria muito. Mas, do ponto de vista da sua regularização, nós
363 temos vários outros mecanismos que não oneram o Estado, imediatamente, do
364 ponto de vista de sua regularização. Nós temos a compensação do Snuc, a
365 compensação da Mata Atlântica, a compensação da reserva legal, as nações em
366 pagamento de eventuais dívidas com o Estado. Nós temos a experiência – e o IEF
367 pode me afiançar – de que em várias outras unidades de conservação criadas
368 pelo Estado o próprio valor venal do imóvel teve uma pujança, sobretudo pela
369 necessidade de que outros empreendedores interessados possam adquiri-las e,
370 posteriormente, doá-las para o Estado, para procedermos essa regularização.
371 Então, nós somos favoráveis, sim, a essa criação, eu acho que vem em
372 convergência com a nossa política. De um lado, nós queremos deixar a Secretaria
373 com uma administração mais moderna, mais inovadora, como nós estávamos
374 conversando aqui inicialmente – o Gustavo, o Grillo e eu. Nós queremos deixar
375 esse legado de modernização das decisões, mas também nós queremos deixar
376 um legado de melhoria da qualidade ambiental. Vocês acompanharam,
377 recentemente, os dados da SOS Mata Atlântica. Em 32 anos, foi o menor índice
378 de desmatamento que Minas Gerais teve. Nós reduzimos 58% no desmatamento.
379 Isso eu compartilho com todos vocês. Nós temos avanços em políticas de
380 mudança climática, em gestão de resíduos sólidos. Recentemente, celebramos
381 um termo de cooperação técnica com o Ministério Público, Secretaria de Cidades,

382 AGE e FEAM para fortalecimento dos consorciamentos. Nós temos também
383 políticas direcionadas a recuperação de área degradada, ao Promata, a
384 investimento no 'Mata Atlântica', a celebração com a IUCN para recuperação dos
385 viveiros do IEF no Cerrado. Enfim, nós não só cuidamos da parte de
386 licenciamento, porque esta secretaria não é uma secretaria de licenciamento, é
387 uma Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Nós atuamos
388 nessa modernização porque a sociedade assim espera de nós. Mas também na
389 melhoria da qualidade ambiental que o cidadão mineiro espera. Então, se posso
390 sugerir aos senhores, a minha concordância: eu acato e concordo integralmente
391 com a proposta de moção do professor Miguel. Eu queria ouvir se algum
392 conselheiro tem alguma consideração.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta:
393 “Eu acho muito louvável que a administração tenha essa preocupação de criar as
394 unidades de conservação nos lugares pertinentes, onde é próprio. Essas
395 unidades, eu, particularmente, não conheço, mas, pelo que depreendemos da
396 moção proposta e da própria colocação, são áreas efetivamente relevantes. Nós
397 temos sempre uma preocupação para que, ao criarmos, sejam efetivas unidades
398 de conservação e não unidades de papel, que já tem tantas criando problemas no
399 nosso Estado e criando problemas socioambientais. Até esse tema foi objeto de
400 debate na CPB, essa questão foi, na época, levantada pela Fiemg, se havia esse
401 cuidado, essa análise da interface com as atividades econômicas das populações
402 locais para minimizar esse tipo de conflito, para que essas populações suportem a
403 unidade ao invés de brigar com ela. E pelo que o senhor está colocando isso foi
404 feito, e se chegou a um perímetro adequado dessas unidades. Além disso, eu
405 acho que temos que tomar um certo cuidado com a questão da desapropriação,
406 porque os instrumentos estão aí, mas nem sempre são eficazes. Uma coisa de
407 que sempre me lembro é que eu ainda não consigo entender por que o Estado
408 não é capaz de desapropriar um terreno dentro de unidade de conservação com
409 recurso de terceiros. Eu acho que é uma posição da AGE, não me lembro bem.
410 Mas que evitaria uma infinidade de burocracias que existem para regularização de
411 imóveis. Enfim, não sei por que isso não é possível. Mas, em face dessas
412 considerações – eu até gostaria que esta seção constasse em ata –, só reforço a
413 pergunta nesse sentido de que foram tomados os cuidados com as atividades
414 econômicas inseridas e com as populações presentes para criar uma unidade de
415 conservação efetiva. Nesse foro, eu acho que a posição é favorável.” Presidente
416 Germano Luis Gomes Vieira: “Hoje, de fato, conselheiro, nós tentamos arcar com
417 a resolutividade de várias unidades de conservação que foram criadas ainda sem
418 a égide da Lei do Snuc. Naquele momento ainda nós não tínhamos essas
419 discussões de audiências públicas, de estudos técnicos que justificavam, então,
420 várias questões sociais e ambientais ficavam ainda não muito bem evidenciadas
421 para toda a comunidade. Com essas, especificamente, nós seguimos legalmente,
422 seguimos todas as ferramentas que a legislação nos oportuniza, fazendo diversas
423 reuniões com municípios, comunidades etc. para chegarmos até esses
424 perímetros. Existem propriedades no seu entorno, existem propriedades que parte

425 estão dentro e parte fora e existem propriedades que estão dentro. Então, são três
426 cenários diferentes. Obviamente, quando você cria uma unidade de conservação,
427 pode ser que um ou outro não esteja satisfeito com aquela unidade, mas o que o
428 poder público sempre vê é o todo, é sopesar todos os interesses, sempre
429 prevalecendo esse interesse público. Mas te garanto que todas essas medidas
430 foram adotadas pelo Instituto Estadual de Florestas. Podemos aprovar a moção tal
431 qual foi anunciada pelo professor Miguel. Então, em deliberação. Os conselheiros
432 que são favoráveis à moção permaneçam como estão.” Conselheiro Francisco
433 Chaves Generoso: “Eu gostaria de, inicialmente, parabenizar o professor Miguel.
434 Dizer que, enquanto promotor de Justiça do Meio Ambiente, nós, no Centro de
435 Apoio Operacional, enxergamos, em regra, com bons olhos a criação de unidade
436 de conservação por ser um dever imposto ao poder público pela própria
437 Constituição Federal, a fim de que o direito ao meio ambiente equilibrado seja
438 devidamente concretizado. Apenas e tão somente em função de uma
439 recomendação institucional, nós não devemos exercer o direito a voto. Essa é a
440 única razão pela qual eu vou me abster. Mas com esse registro.” Presidente
441 Germano Luis Gomes Vieira: “Então, aprovada, apenas com a abstenção
442 justificada do representante da Procuradoria Geral de Justiça.” Conselheiro
443 Luciano de Almeida Costa: “Excelentíssimo secretário, senhores diretores,
444 senhores conselheiros, senhoras e senhores presentes. Eu gostaria,
445 respeitosamente, de pedir licença só para me apresentar, porque é a primeira vez
446 que eu estou participando da reunião. Eu estou representando a Sociedade
447 Mineira de Engenheiros. Eu sou engenheiro. E só registrar que a SME, Sociedade
448 Mineira de Engenheiros, foi formada em 1931. Nós estamos com a casa aberta
449 para todos profissionais, não só os engenheiros e arquitetos. Temos a Comissão
450 Técnica Especial de Engenharia Ambiental e Sustentabilidade e estamos com as
451 portas abertas para o que precisarem e estiver ao nosso alcance. Nós estamos na
452 rua Timbiras, 1.514, no bairro de Lourdes, em Belo Horizonte.” Conselheiro Paulo
453 José de Oliveira: “Eu só queria aproveitar para fazer uma colocação e um pedido.
454 Não sei se há como retornar. Na última reunião do Plenário – inclusive, está
455 constando na ata –, nós fizemos um questionamento direcionado ao Ibama
456 justamente na questão do rompimento do mineroduto da Anglo American, e foi
457 colocado aqui pela Polyana, no dia, que representava, que estava sendo feito todo
458 um trabalho lá de estudo do acidente e que ia ser feito um trabalho lá para
459 recuperar a área, multar a empresa e fazer o que se precisasse. E praticamente
460 um mês depois rompeu, em outro local, o mesmo mineroduto. Então, eu queria
461 que fosse colocado aqui para o Conselho na próxima plenária, se possível, como
462 está o estudo lá agora, porque o Ibama garantiu para nós aqui que estava sendo
463 feito um trabalho lá para evitar outros acidentes, e, quase um mês depois, rompeu
464 novamente o mineroduto. Inclusive, foi pedido por mim aqui que fosse
465 apresentado como está sendo o estudo para que se evitassem os problemas, e,
466 infelizmente, mesmo colocando que estava sendo feito, que estava sendo
467 monitorado, que estava sendo fiscalizado, aconteceu. Então, é um pedido

468 lembrando disso. Como foi colocado aqui que é nossa responsabilidade aqui, eu
469 acho que tudo que se decide e que se coloca aqui eu acho que tem que ser
470 realmente de forma responsável e tem que ser levado a análise mesmo, e
471 tomadas providências. Seria nesse sentido. E em nome da APPA para
472 parabenizar aqui o professor Miguel por essa moção, e nos somarmos a ela: a
473 APPA e o Espeleogrupo Pains. Se possível.” Presidente Germano Luis Gomes
474 Vieira: “Fica a sua solicitação, e, na próxima reunião, se puder, sejam trazidos os
475 esclarecimentos.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “E agradecer a todos
476 aqueles que apoiaram o nosso evento. Nós realizamos nesse fim de semana
477 passado, dias 13 a 17, um seminário de bioespeleologia lá do Alto São Francisco
478 e tivemos a grata satisfação. O Dr. Anderson esteve lá nos prestigiando na
479 abertura do evento. Nós agradecemos a presença, parceria, colaboração. E
480 colocar para os conselheiros que foi, aos nossos olhos, bem positivo, superou
481 nossas expectativas. Nós tivemos que abrir mais inscrições do que tínhamos
482 colocado por causa da própria estrutura, mas conseguimos suportar a demanda. E
483 o que espera realmente de concreto, aproveitando aqui a fala e aproveitando
484 também a moção que o professor Miguel traz aqui para nós: lembrando que
485 também eu trouxe aqui o pedido – e foi aprovado – de apoio para criação da
486 unidade de conservação do cânion do Alto São Francisco. Nós estamos fazendo
487 um trabalho preliminar de levantamento, e eu espero e peço que o Estado também
488 abrace essa causa e realmente colabore conosco para que possamos dar início
489 ao que for preciso e à análise do que é melhor lá: se é unidade de conservação ou
490 se é uma outra característica. Mas, pelos estudos preliminares que temos feito lá,
491 justifica. Ele falou aqui da rolinha, por exemplo, e lá nós já descobrimos três
492 espécies em vias de extinção, inclusive o pato-mergulhão. Já descobrimos lá
493 cavidades que já justificam criar a unidade de conservação. São magníficas e,
494 inclusive, descobertas. Tem uma equipe aqui da UFMG que está nos ajudando lá,
495 de biólogos, fazendo esse levantamento, de ornitólogos, inclusive, descobrindo
496 espécie rara vegetal. Então, eu gostaria que fosse lembrado o nosso pedido e
497 realmente fosse tomada alguma providência nesse sentido. Nós vamos continuar
498 com o nosso trabalho e, em breve, traremos o projeto completo aqui.” Conselheiro
499 Douglas de Carvalho Henriques: “Senhor presidente, ilustres conselheiros,
500 servidores da SEMAD aqui presentes, público presente. Boa tarde. Senhor
501 presidente, eu não sei se seria novidade para o senhor, mas eu gostaria de fazer
502 um comunicado aos demais aqui presentes sobre uma correspondência expedida
503 no dia 14 de junho de 2018. Eu não sei se chegou ao conhecimento de vossa
504 excelência o Ofício 859/2018 da Secretaria Geral da Mesa da Assembleia
505 Legislativa. Esse ofício é dirigido a vossa excelência. ‘Excelentíssimo Sr. Germano
506 Luis Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
507 Sustentável. Excelentíssimo senhor, com grande satisfação, comunico-lhe que,
508 em atendimento ao Requerimento nº 11.050/2018, de autoria da Comissão de
509 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovado em 6 de junho, foi
510 consignado nos anais da Assembleia voto de congratulações com vossa

511 excelência. Atenciosamente, deputado Adalclever Lopes, presidente.’ Essa
512 correspondência é oriunda do Requerimento de Comissão 12.011/2018, de autoria
513 do deputado Glaycon Franco, em que ele requer que ‘seja formulada manifestação
514 de aplausos ao Sr. Germano Luis Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio
515 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelo significativo trabalho que tem
516 desenvolvido em benefício do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável’.
517 Senhor presidente, o deputado Glaycon Franco incumbiu-me de trazer-lhe essa
518 notícia e pediu que eu fizesse a leitura da justificativa do pedido da moção que ele
519 apresentou, exatamente porque vários cidadãos de várias regiões do Estado estão
520 comunicando ao Gabinete que o serviço da SEMAD tem estado mais eficiente nos
521 últimos tempos, as pessoas estão conseguindo maior acesso, os processos de
522 licenciamento e outras ações e outros serviços prestados pela SEMAD têm sido
523 mais eficientes. E as pessoas estão atribuindo isso ao comprometimento dos
524 servidores da SEMAD, em todos os níveis e graus, comprometimento esse que
525 tem sido, pelo menos pelo deputado, atribuído à direção que vossa excelência tem
526 imprimido à secretaria, e antes de assumir a secretaria também, na condição de
527 secretário adjunto. Então, eu gostaria que o senhor permitisse que eu fizesse a
528 leitura dessa justificativa, que é uma justificativa sucinta, mas é o sentimento do
529 deputado, em primeiro momento, o sentimento dos deputados membros da
530 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que o aprovaram
531 por unanimidade, e o sentimento de todos os representantes do povo mineiro, dos
532 77 deputados naquela Casa, que, da mesma forma entenderam, quando o
533 requerimento entrou em plenário. ‘Justificação do deputado Glaycon Franco. A
534 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas
535 Gerais, sob o comando do secretário Germano Luis Gomes Vieira, tem
536 desenvolvido um trabalho de grande efetividade. Entre as significativas ações de
537 construção da eficiência administrativa, foram editadas normas de reestruturação
538 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), da Fundação Estadual de
539 Meio Ambiente (FEAM), do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e do
540 Instituto Estadual de Florestas (IEF), instituições integrantes do Sistema Estadual
541 de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema). Um longo trabalho junto ao
542 COPAM garantiu a aprovação da DN 217/2017, que substituiu a DN 54/2004,
543 ambas normas que tratam do licenciamento ambiental em Minas Gerais, tornando
544 as regras mineiras umas das mais modernas do Brasil. Foram revistas várias
545 outras normativas, inclusive a que trata da educação ambiental em Minas Gerais,
546 tudo em prol da qualidade do meio ambiente com desenvolvimento sustentável e
547 da celeridade dos processos, mantida a qualidade das análises. A título de
548 exemplificação, o Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) pode ficar pronto
549 em apenas um dia, mediante informações fornecidas ao órgão por meio da
550 internet. Podem se enquadrar nessa modalidade postos de gasolina, pequenas
551 indústrias e pequenas estações de tratamento de esgoto, por exemplo. Na
552 produção de alimentos, a horticultura também recebe o licenciamento simplificado.
553 Para facilitar o acesso das pessoas físicas e jurídicas, foi consolidado o

atendimento para agendamento de empreendimentos com necessidade de licenciamento ambiental pelo Portal MG e pelo LigMinas 155, proporcionando a redução de filas no atendimento das unidades da SEMAD. A expectativa é a de que 20 mil atendimentos por ano sejam realizados pela internet, evitando deslocamentos, filas nos balcões das nove Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams) e tempo de espera. Um exemplo de sucesso é a implantação do Sistema de Uso Insignificante de Recursos Hídricos para cadastro de pequenos usos de água em cursos no Estado. Desde maio do ano passado, cerca de 30 mil pessoas já puderam deixar de ir às Regionais, após o início do seu funcionamento. Também para melhoria das relações institucionais, editou-se a Resolução SEMAD 2.623/2018, que moderniza o Sistema de Cadastro Estadual de Entidades Ambientais. No último 17 de maio, foi publicado edital de chamamento público para seleção de instituições visando promover a estruturação, operacionalização e manutenção dos Comitês de Bacias Hidrográficas que ainda não possuem Agência de Bacia. As medidas tomadas pela SEMAD já estão resultando em redução de passivos processuais com impacto no prazo de concessão de licença ambientais em Minas Gerais. Outras ações têm sido adotadas e praticadas por todo o Sisema, que, com a participação dos servidores públicos lotados naquele órgão, demonstrando total comprometimento com a melhoria dos serviços, tem atingido resultados muito positivos. Os resultados indicam que os processos se tornam mais céleres, conforme é o desejo do povo mineiro. As estatísticas têm demonstrado que o resultado é efetivo. O número de processos pendentes, por exemplo, caiu de 3.514, em abril de 2017, para 3.096, em abril de 2018, enquanto que os de processos no passivo caiu de 2.436 para 2.138 no mesmo período, mantendo um viés constante de queda em todo o período. Todas essas ações são fruto do trabalho pessoal do homenageado, que, obviamente, contando com o apoio dos servidores, a quem sabe liderar como maestria, tem feito uma transformação positiva no Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que muito contribuirá para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais. Essas apenas entre diversas outras ações de grande significação em andamento em todo o Sisema justificam, a meu sentir, a aprovação desta moção de aplauso, para qual conto com a participação de meus pares. Glaycon Franco, deputado estadual, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.’ Era essa a comunicação que eu gostaria de fazer, senhor presidente, e trazer os parabéns do nosso deputado e os meus próprios. E agradeço pelo trabalho que vossa excelência tem desenvolvido, e esperamos que o Sistema continue sendo aprimorado e cada vez mantidas as diretrizes que estão melhorando, embora saibamos das imensas limitações no Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Muito obrigado, conselheiro. Eu fico muito lisonjeado, senão quase emocionado com essa moção. Não é uma tarefa fácil isto aqui. Dizia na última vez que eu estive lá no programa do Eduardo Costa, na Itatiaia, ele mesmo

597 falou: ‘Sua tarefa só não é pior do que a do prefeito de Belo Horizonte e do
598 governador em época de crise. Depois é secretário de Meio Ambiente’. É muito
599 difícil, você sabe, mas tem uma coisa que nós estávamos até conversando no
600 início: eu acho que o aprendizado técnico e jurídico que nós temos na convivência
601 dentro da Secretaria no Conselho e também pessoal, eu acho que nós levaremos
602 a vida toda. Não só eu, mas os senhores conselheiros também, porque aqui eu
603 acho que é um exemplo mais democrático que nós temos de decisão sobre o uso
604 de algo que é coletivo, que é difuso, um bem público. Nós somos só um exemplo
605 para vários outros setores da sociedade que poderiam utilizar essas discussões
606 que nós temos aqui como premissas para achar sempre as melhores soluções.
607 Nós conseguimos alcançar uma convergência muito grande entre todos os atores
608 da gestão ambiental muito eu acho que pela seriedade com que nós levamos a
609 Secretaria, sempre tentando, conselheiro Douglas, transcender a questão política,
610 sempre com a base técnica muito firme e com o desejo de melhorar os serviços
611 ambientais. Todo mundo que busca o serviço de um órgão público quer ser
612 atendido com qualidade, quer ter um serviço prestado, quer receber um
613 posicionamento daquele órgão, mas também melhoria da qualidade ambiental.
614 Essa que é a diretriz que nós temos trabalhado. Então, eu vou compartilhar a
615 moção que o senhor aqui nos traz com todos os servidores do Sisema, do
616 Sistema Estadual, seja da SEMAD, da FEAM, do IGAM e do IEF. Nós poderíamos
617 exemplificar várias outras ações, que teremos oportunidade ainda nas nossas
618 próximas plenárias de trazer como resultado dessa nossa gestão. Mas não só
619 com servidores eu compartilho, mas também com o COPAM, porque foi um
620 Conselho que acreditou, desde o início, seja o seu plenário, seja a sua Câmara
621 Normativa, nas reformas que estavam sendo propostas, e não houve nenhuma
622 deliberação que nós colocamos sob análises aqui em que nós não tivemos uma
623 colaboração no sentido de incremento e melhoria dessas propostas. E nós sempre
624 estivemos abertos, nunca acreditamos que a nossa palavra era a final ou que a
625 nossa posição era a melhor. Então, nós sempre melhoramos as propostas que
626 foram colocados aqui, seja de direcionamento da política pública, seja de novas
627 normas ou posturas técnicas ambientais para o Estado. Então, eu gostaria que o
628 senhor levasse o agradecimento ao deputado Adalclever Lopes, presidente da
629 Assembleia Legislativa de Minas, em especial ao deputado Glaycon, que é o
630 deputado presidente da Comissão de Meio Ambiente, que com muita satisfação
631 eu recebi essa moção e que tenho certeza que essa aproximação entre
632 Assembleia Legislativa e o Poder Executivo na seara ambiental é sólida e
633 perdurará ainda por muitos anos, não só por minha parte, mas como pelo papel
634 que ele vem desenvolvendo à frente da Comissão. Muito obrigado.” **4) EXAME DA**
635 **ATA DA 176ª REUNIÃO DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 176ª
636 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 14
637 de março de 2018, com as seguintes alterações: – Linha 168, incluir resposta do
638 secretário adjunto Anderson Silva de Aguiar à manifestação do conselheiro
639 representante do Crea; – Linha 1.560, onde está escrito “procedimentação”, lê-se

640 “procedimentalização”; – Linhas 1.592 e 1.595, onde está escrito “suspensão”, lê-
 641 se “suspeição”. **5) RESULTADO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO**
 642 **PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2018. Apresentação: Subsecretaria de**
 643 **Regularização Ambiental (Suram/SEMAD).** Antônio Augusto Melo
 644 Malard/SEMAD fez exposição ao Plenário do COPAM sobre a performance do
 645 licenciamento ambiental no primeiro quadrimestre de 2018 com a implementação
 646 de novos instrumentos legais, ferramentas e aprimoramentos do Sistema Estadual
 647 de Meio Ambiente (Sisema), destacando a diminuição do passivo de processos
 648 por Superintendência Regional de Regularização Ambiental (Suprams). **Debates.**
 649 Conselheiro Rinaldo César Mancin: “Secretário Germano, secretário Anderson,
 650 Antônio Malard. Uma pequena fala de posicionamento. Mineração é um negócio
 651 de altíssima complexidade, a taxa de sucesso no nosso setor é de 1 para mil, de
 652 cada 1.000 pesquisas minerais, uma tem chance de dar certo. E para viabilizar um
 653 projeto de mineração, um grande projeto, de grande porte, um ‘time’ médio que
 654 consideramos é de dez anos. É o tempo entre chegar, descobrir o potencial
 655 mineral e torná-lo realidade. Então, secretário Germano, também é um dos pontos
 656 da competitividade para o nosso setor a previsibilidade de prazos, a previsibilidade
 657 de como se dá o nosso relacionamento com o poder público. Tudo isso faz parte
 658 de uma equação de competitividade, que, no final, vai determinar onde investir,
 659 em qual país investir e qual país é mais atrativo com o negócio de mineração.
 660 Secretário, a minha fala é de louvor, de reconhecer todos os esforços da
 661 Secretaria de Meio Ambiente com o aprimoramento do sistema de licenciamento
 662 ambiental, toda a transparência que está sendo dada a esse processo, equipes
 663 altamente motivadas, equipes competentes, que estão conseguindo trazer a
 664 previsibilidade de volta ao processo. São impressionantes os esforços, os
 665 avanços, e não só no campo do licenciamento os resultados têm aparecido. Foi
 666 muito bem tocada aqui a questão da redução do desmatamento, toda a questão
 667 da gestão hídrica do Estado. Eu acho que tudo isso, secretário Germano, é parte
 668 de uma modernização do Estado impressionante. E Minas sempre foi um
 669 referencial para o Brasil, a área ambiental de Minas levou à criação do Conama, o
 670 setor ambiental de Minas foi muito influente na política pública federal. Eu acho
 671 que a felicidade de ter você, Germano, como membro na Abema, que congrega
 672 todos os órgãos estaduais de Meio Ambiente. Eu acho que Minas tem um
 673 potencial muito grande de transferir conhecimento, transferir tecnologia, transferir
 674 capacidade de execução para outros Estados. Eu estou acostumado a viajar o
 675 Brasil inteiro, conhecer a realidade de outros Estados, e a verdade é muito diversa
 676 da de Minas, a capacidade, especialmente dos Estados da Amazônia, é bem
 677 menor. E também um outro ponto interessante é que há muito tempo
 678 acompanhamos essa discussão do Projeto de Lei 3.729, que regulamenta, no
 679 plano federal, a Lei Geral do Licenciamento, e está enroscada no Congresso
 680 Nacional. É difícil, mas eu acho que Minas tem dado uma contribuição muito
 681 interessante à discussão do projeto federal e pode dar muito mais ainda. A
 682 experiência prática de Minas é um grande diferencial do Estado. Meus parabéns,

683 em nome do Ibram, do setor de mineração, à SEMAD. Todos os funcionários da
684 SEMAD precisam ter reconhecidos os esforços e toda a dedicação dos senhores.
685 Muito obrigado.” Conselheiro Gustavo Henrique Penno Macena: “Eu me apresento
686 aqui como a primeira vez participando do Conselho, representando o presidente
687 Flávio Roscoe e o primeiro suplente, Mário Campos, que também é o vice-
688 presidente da Fiemg. Em nome deles, eu trago o meu cumprimento e meu aplauso
689 pelos números mostrados. Eu assumi recentemente a superintendência da defesa
690 de indústria, da defesa dos interesses da indústria. A defesa trata de questões
691 técnicas o tempo todo, mas também trata da celeridade, da produtividade, da
692 entrega de resultados. E quando nós olhamos esses números que foram
693 apresentados como redução do passivo, isso nos traz grande alegria justamente
694 porque sabemos que vamos cumprir aquilo que está na nossa bandeira: ter
695 ordem, mas também ter progresso. Eu termino aqui minha fala breve, não só me
696 apresentando, mas trazendo essa parabenização para toda a equipe da SEMAD.
697 E também trazendo uma sugestão: lá na nossa casa, nós temos sempre o hábito
698 de mostrar quando há um impacto da morosidade, quanto isso representa na
699 economia. E um avanço desse também eu sugiro uma apresentação, um número
700 de quanto vocês estão colocando na economia agora pela sua celeridade. E o
701 meu desejo é que as demais secretarias sejam tão felizes quanto o que foi
702 apresentado aqui. Então, parabéns.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota
703 Tostes: “Primeiramente, parabenizar pelo desenvolvimento da SEMAD como um
704 todo dos trabalhos, a todos os funcionários, servidores. Eu tomei o cuidado de
705 mandar previamente algumas questões, não sei se chegaram a ser avaliadas por
706 vocês, com pedidos de esclarecimentos em relação a esse item de pauta. Foram
707 encaminhadas para a Secretária Executiva, e não sei se ela chegou a repassar.
708 Normalmente, fala-se que advogados não gostam muito de números. Eu sou
709 advogado diferente e gosto muito de números e de estatísticas. O que eu gostaria
710 de contribuir com o trabalho que vem sendo desenvolvido por vocês é o seguinte.
711 Primeiro que, se possível, houvesse uma apresentação trimestral ou quadrimestral
712 desses números para o Plenário do COPAM. Se não for possível a apresentação,
713 que sejam disponibilizados, trimestralmente ou quadrimestralmente, esses
714 números para que a nós pudéssemos fazer uma melhor avaliação e ajudar. Uma
715 de início que eu falo com vocês é que a entrada é lógica para todo mundo, agora
716 existem várias saídas: a saída do deferimento, a saída do indeferimento ou do
717 arquivamento dos processos. E depois aquilo que foi deferido, a princípio, pela
718 equipe técnica, foi pautado em uma câmara, e houve o deferimento ou
719 indeferimento desse processo. Eu acho que seria interessante, para termos uma
720 avaliação melhor, que, se possível, houvesse a desagregação dessas informações
721 de forma que nós pudéssemos realmente ver o quanto se está havendo de
722 precedência naquilo que está se pedindo para que, no segundo momento, se
723 pudesse descer a mais detalhes para que ajudasse na questão da eficiência.
724 Como eu gosto da matéria, se vocês quiserem me mandar esses números da
725 forma mais desagregada possível, logicamente, terei um prazer em analisá-los e

encaminhar as contribuições. A outra questão em relação ao licenciamento, eu não sei se já foi observado, Dr. Germano, eu até coloquei há mais tempo: é a questão, muitas vezes, da inobservância das regras do processo administrativo na condução dos processos internamente. Falta, às vezes, de observância intrínseca ao regular andamento do processo administrativo. E ficaram de estabelecer normativas internas na SEMAD para tal. Numeração de volumes: logicamente, hoje ainda temos processo digital, mas eu acho que não foi dispensado completamente o processo físico. Numeração das páginas, abertura, encerramento dos volumes. Ou seja, haver um procedimento, um alinhamento geral dentro do Estado em relação a esse procedimento. E por último, que eu pude observar e que vem tendo uma interferência razoável dentro dos processos de licenciamento, é assinatura de termo de ajustamento de conduta dentro dos processos de licenciamento. Se é possível haver a publicação. Eu não sei se é feita a publicação reiterada dos termos de ajustamento de conduta assinados no âmbito dos processos de licenciamento ambiental. Se não são feitos, que o façam. Se não são feitos, que seja feita a devida tabulação disso, para que tenhamos esse tipo de conhecimento.” Antônio Augusto Melo Malard/SEMAD: “Em relação à desagregação dos dados, nós temos essas informações, e não tem problema nenhum, eu acho até importante apresentar para os conselheiros do COPAM, e a sugestão de fazer as apresentações também quadrimestralmente. Nós assumimos o compromisso de trazê-las para as próximas reuniões do Plenário. Em relação aos dados, quanto ao e-mail que o senhor encaminhou, o Rogério Noce é um ex-funcionário da SEMAD. É impressionante a tabulação que ele faz. Periodicamente, ele nos encaminha os dados. Algumas vezes, há divergências, não que sejam falhas, mas simplesmente por período que avaliamos em relação a determinadas modalidades de licenciamento ambiental. Nesse último levantamento que ele apresentou, nós verificamos uma discrepância de 2% com o que publicamos. Então, é um número pequeno, sendo que esse número também se refere a fechamento, muitas vezes, de prazo dos dados que publicamos. Então, não há uma discrepância, e nós estamos sempre em contato com ele, que nos ajuda muito e acaba sendo quase que um consultor nosso, fazendo serviços que são da Secretaria. Ele está em contato não só com a Suram, a Subsecretária de Regularização, mas também com a de Gestão Regional, que utiliza os seus dados, que têm realmente grande valia. Então, eu já posso dizer que não há uma discrepância em relação a esses dados apresentados. Em relação aos TACs, eu acho importante dizer que, com a redução dos processos de licenciamento ambiental, do passivo, a tendência e o que vai acontecer é que cada vez mais nós tenhamos o número menor de TACs firmados. Porque para nós também não é interessante ficar firmando TAC, porque, uma vez que firmamos o TAC, o tempo utilizado para análise do TAC e para que ele seja firmado poderia ser utilizado para análise de licenciamento ambiental. E para analisar um TAC, finalizá-lo e firmá-lo, o tempo é praticamente o mesmo quase que se gasta no licenciamento ambiental. Então, com a redução do passivo, com a sua eliminação no curto e no

769 médio prazos, a tendência é também diminuir muito o número de TACs firmados.”
770 Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Júnior: “Eu gostaria de parabenizar o trabalho,
771 realmente a Secretaria tem feito um trabalho interessante e precisa modernizar a
772 apresentação. Eu só gostaria de fazer uma pergunta. Aqueles protocolos que você
773 colocou que houve um aumento, que provavelmente os empreendedores até
774 aguardaram a alteração da DN, tem percentual de qual modalidade, se a maioria
775 foi LAS, se foi processo normal?” Antônio Augusto Melo Malard/SEMAD: “Eu não
776 tenho esses dados agora aqui de cabeça, mas nós temos essa estratificação.
777 Claro que a maior parte foi de procedimento de Licenciamento Ambiental
778 Simplificado, modalidades de LAS/Cadastro e de Relatório Ambiental Simplificado.
779 Só que teve também um acréscimo do número de formalizações de processos de
780 licenciamento convencional em razão de empreendedores estarem aguardando a
781 implementação do sistema. E a tendência é que esse número cresça nos
782 próximos meses em razão disso. Até porque também, no primeiro momento em
783 que o sistema foi colocado no ar, houve muitos erros de preenchimento do
784 sistema por parte dos usuários. Mas os usuários estão aprendendo a utilizar o
785 sistema, que é bem autodidático, tem os manuais. Mas além disso vimos
786 realizando uma série de capacitações e treinamentos. Já fizemos com Fiemg,
787 Faemg, Siamig e por aí vai. E estamos à disposição para quaisquer interessados,
788 também para prestar essas capacitações, para que os usuários acertem ao
789 preencher o sistema. E aí com certeza esse número tenderá a crescer.”
790 Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Júnior: “Do passivo que ficou das solicitações
791 das AAFs, o processo seguiu o trâmite ou alterou a sua modalidade após a
792 implementação da DN?” Antônio Augusto Melo Malard/SEMAD: “Quem tinha um
793 processo de AAF formalizado poderia, conforme a DN 217, optar por manter com
794 esse processo de AAF formalizado. Só que AAF sempre foi um procedimento
795 muito expedito. Então, eu creio que não haja mais nenhum processo de AAF ainda
796 existente nas Suprams. Lembrando, então, que houve uma prerrogativa na DN
797 217 de os empreendedores optarem, caso julgassem necessário, permanecer na
798 regra da DN 74.” Conselheira Juliana Pereira da Cunha: “Senhor presidente,
799 conselheiros, conselheiras, demais presentes. Boa tarde. Parabéns pelo resultado
800 muito eficiente. Eu cheguei à Seapa em 2015, desde que eu estou lá, a Seapa
801 sempre foi vista muito como ponte para se chegar à SEMAD, e muitos problemas
802 o tempo inteiro e dificuldades. Nós temos visto, realmente, que hoje, tanto a
803 Emater quanto a Epamig não nos trazem problemas. Trazem assim: ‘Olha,
804 realmente, está melhorando, está tendo mais eficiência na questão do
805 licenciamento ambiental, na questão da outorga, na regularização ambiental como
806 um todo. Nós também estreitamos muito o laço com a SEMAD. Fizemos uma
807 capacitação, até pelo convênio da Seapa, com os técnicos da SEMAD, mais no
808 setor da **aquicultura**, que foi muito importante, que é um setor novo, que vai
809 crescer muito, está crescendo muito. Então, para detalhar isso melhor para os
810 técnicos – foi muito produtivo –, nós vamos fazer uma capacitação com os
811 gerentes regionais da Epamig, na semana que vem. Foi uma demanda do

812 presidente Rui, exatamente porque tem as fazendas experimentais, então, a
813 necessidade de regular mesmo essas fazendas. E às vezes, pela novidade do
814 sistema e com as mudanças, quanto mais estreitar os laços com a SEMAD, mais
815 fácil para os gerentes conseguirem fazer isso. Então, nós parabenizamos. A
816 Seapa percebe mesmo o resultado do agricultor, do produtor, do agronegócio em
817 si, juntamente com Emater, Epamig e IMA, essa mudança. O IMA, inclusive, teve
818 algumas dificuldades, no início, em relação a frigorífico. Porque, para orientar o
819 frigorífico, precisa que tenha o licenciamento ambiental. E muitas das vezes a
820 pessoa só tinha um protocolo, e aquilo ia demorando e tudo mais. Então, nós
821 vemos essas mudanças em relação aos frigoríficos. Inclusive, frigoríficos serem
822 fechados por conta disso. Nós observamos que estamos no caminho certo e que
823 venha mais eficiência.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu acho que o
824 elogio é geral, até da Assembleia, e muito merecido. Mas tem alguns aspectos
825 que eu gostaria de ressaltar. A primeira coisa que nós vemos é que houve um
826 aumento significativo de processos protocolados agora no início deste ano. Isso é
827 extremamente positivo. Em uma realidade em que vivemos, em que falta recurso
828 para praticamente toda atividade governamental, vem a pergunta: ‘Como nós
829 vamos produzir esse recurso, aumentar esse recurso?’ E o pensamento mais
830 comum é ‘aumentar alíquota de um tributo, taxar um novo setor’, e muito se
831 esquece que se aumenta muito mais fácil a arrecadação se conseguir aumentar
832 um pouco a atividade econômica. Na minha opinião, é o que está refletido ali, a
833 estrutura criada da SEMAD abriu o caminho para que muito mais pessoas
834 pudessem confiar na administração do nosso Estado ou trazer as suas atividades
835 para o campo da legalidade ou iniciar novos negócios aqui. Isso vai na linha de
836 uma questão que eu ouvi do meu pai há mais de dez anos. Logo que a entidade
837 começou a participar aqui no Conselho, era ele o representante, na época, e o
838 conflito era com pequenos mineradores, que degradavam. E meu pai alertava: se
839 continuar a conduta de fiscalização e repressão, que era a da Secretaria, vão
840 acabar todos os mineradores, só vão sobrar mineradores enormes, como a Vale e
841 outras. É mais ou menos o que nós observamos aqui no Estado. E eu ressalto
842 isso porque enxergo uma mudança de comportamento na Secretaria. Os termos
843 de referência que encontramos no site são de boa qualidade e em grande
844 quantidade, a conduta dos servidores no trato do licenciamento e até da
845 fiscalização. Dado que eu vi uma recente palestra do subsecretário e fiquei muito
846 impressionado com o pensamento que apresentam. Eu reforço o aplauso e
847 ressalto essa posição: que a SEMAD saiu de uma postura de quase antagonista
848 dos setores para entrar em uma conduta de parceria para conservação do meio
849 ambiente e empreendimento daquilo que é correto e ambientalmente adequado. É
850 muito mais eficaz nesse sentido.” Jadir Silva Oliveira: “O que eu tinha que falar já
851 chegou na homenagem da Assembleia. Eu acho que tudo que nós do setor
852 produtivo podíamos falar agora está esclarecido dentro da homenagem que chega
853 ao secretário, que ele divide com todo o pessoal da SEMAD. Também o
854 compartilhamento da homenagem eu acho que é muito significativo. E nosso

855 testemunho também do que vem acontecendo. Mesmo que já tenha sido falado o
856 que eu queria testemunhar, eu vou falar algumas coisinhas bem rápidas. Eu acho
857 que o grande diferencial do que está acontecendo na Secretaria do Meio
858 Ambiente começa pelo fim da fila. Eu acho que o desconforto que existia há um
859 ano, um ano e meio, nas Suprams, onde o nosso pessoal do setor produtivo tinha
860 que dormir na fila para protocolar um FCE, limitado ao máximo de três FCEs por
861 chegada ao balcão. E essas mudanças com agendamento eletrônico já foram o
862 primeiro grande passo. O segundo é a exigência do banco querendo a licença,
863 querendo a outorga, e muitas vezes a outorga de uso insignificante. Também
864 outra chegada urgente foi o cadastro de uso insignificante de forma eletrônica.
865 Todos esses tipos de medida são situações que trouxeram para nós, que fazemos
866 uso, um diferencial muito grande. Com relação aos passivos, hoje percebemos
867 claramente. Alguns passivos do meu setor mesmo já estão entrando na fila, e já
868 está chegando a vez deles. A apesar da entrada da DN 217 muito recente, nós já
869 percebemos a eficiência da análise do processo que está entrando com
870 comprometimento de não aumentar o passivo, estamos sendo surpreendidos com
871 a análise muito mais depressa do que esperávamos. Isso tem hora que é bom
872 demais da conta para acreditar. 'Já é a minha vez? Que bacana'. Outra situação
873 que temos que destacar, realmente colocada pelo conselheiro Adriano Manetta, é
874 a postura do funcionário na disponibilidade de receber um empreendedor, a
875 disposição de todo mundo de atender de uma maneira extremamente eficiente,
876 até mesmo na área excomungada do setor, que é a área da fiscalização.
877 Excomungado porque mundo fala que o fiscal é 'excomungado', o que é até
878 bíblico, é coisa bem antiga. Eu também já participei do setor como fiscal e fiquei
879 extremamente otimista com as colocações feitas outro dia lá na Fiemg. Nós
880 realmente estamos acreditando que, também na área de fiscalização, vamos ter,
881 com certeza, coisas muito agradáveis, ainda que a fiscalização não seja muito
882 agradável. Mas esse programa de fiscalização, já implementado pelo segundo ou
883 terceiro ano, está mostrando que é possível, também na fiscalização, ter uma
884 eficiência muito grande. Outra coisa é a diminuição dos nossos erros, nós,
885 empreendedores, que buscamos o balcão. A disposição da SEMAD realmente de
886 nos treinar para isso. Já no passado nós conseguimos isso com muita eficiência,
887 na época da implementação do CAR, quando a SEMAD já nos proporcionou um
888 treinamento muito interessante. E agora eu estou testemunhando porque o meu
889 setor já foi, na semana passada, a um treinamento, onde o técnico disponibilizado
890 – temos até que exaltar o trabalho dele, o Daniel Gonçalves – fez uma explicação
891 para o nosso setor, uma coisa invejável. Foi excepcional. Todos os
892 esclarecimentos da 217, da IDE, enfim, foi de elogio mesmo. Eu queria encerrar
893 somente mais uma vez reiterando a importância da homenagem. Parabéns pela
894 homenagem recebida da Assembleia também.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
895 Oliveira: “Eu gostaria de dizer que no dia 6 passado, agora, nós tivemos um
896 debate na Assembleia Legislativa, que já foi aqui referido, do setor agropecuário, a
897 respeito da nova legislação, e naquela ocasião, comungando com todos os votos

898 aqui já falados, nós também reconhecemos e elogiamos bastante o trabalho que
899 vem sendo desenvolvido na Secretaria do Meio Ambiente. Não só na questão da
900 redução do passivo como também na observação, muito bem-feita aqui pelo
901 Manetta, de que nós percebemos já uma convergência das ações da Secretaria
902 do Meio Ambiente na parceria com o setor produtivo, especialmente com o setor
903 agropecuário, no sentido de defender e proteger o meio ambiente. O que não
904 existia anteriormente. Eu tenho 20 anos de COPAM, 20 anos de Meio Ambiente,
905 e, em alguns momentos, mais nítidos, em outros momentos, mais obscuros, o
906 órgão ambiental sempre teve o setor produtivo, especialmente o setor
907 agropecuário, como se fosse um vilão do meio ambiente. E isso tem se
908 modificado, e espero que se consolide e vá em frente. Entretanto, senhor
909 secretário, existem algumas pequenas questões pontuais que eu observei lá na
910 Assembleia Legislativa que devem merecer a preocupação não só do senhor
911 secretário, mas do diretor do IEF e dos demais executivos que o auxiliam no seu
912 trabalho. Essas questões pontuais que nós não vamos discutir aqui, mas
913 esperamos uma oportunidade para tratar delas. Uma é a prescrição. Não dá para
914 julgar processo de 20 anos e se acomodar com a AGE tendo o entendimento de
915 que não tem prescrição em Minas Gerais. É impossível continuar. Uma outra
916 questão fundamental: denúncia espontânea, que tinha no Decreto 44.844, e saiu
917 no novo decreto, é fundamental para o setor agropecuário. Do jeito que está, se
918 eu apresento um pedido de licenciamento ambiental, eu vou ser multado, eu
919 posso ser multado porque estou operando sem nenhum tipo de licença.
920 Lembrando apenas que o setor agropecuário já existe e foi implementado em
921 Minas Gerais séculos antes do licenciamento ambiental. Nós temos que tomar
922 também muita atenção com o Sinaflor, que já chegou totalmente
923 desregulamentado e trazendo mais prejuízos do que política de controle florestal.
924 Cadastro Ambiental Rural: ainda que nós tenhamos tido uma fase muito
925 interessante na realização dos cadastros em si, nós achamos que o órgão
926 ambiental está devendo uma efetividade nos passos que vem em seguida ao
927 Cadastro Ambiental Rural. Correção dos valores dos débitos que existem tanto em
928 auto de infração, como em outros débitos, de forma que nós entendemos que é
929 possível ter uma forma mais legal e adequada. E a questão das multas, o que foi
930 falado lá na Assembleia. Nós temos um espaço muito interessante no novo
931 decreto para corrigir algumas questões que foram colocadas agravando a situação
932 de quem é autuado e dos que foram autuados e têm processos ainda em
933 julgamento. Eram essas observações. Eu gostaria de solicitar à Secretaria que
934 transcrevesse, na íntegra, os pontos que eu citei aqui. E estamos aguardando,
935 senhor secretário, uma oportunidade para conversar com mais cuidado, até
936 porque lá no debate da Assembleia nós tivemos delegações que vieram de muito
937 longe para discutir questões ambientais e, principalmente, da multa. Muito
938 obrigado.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu vou ratificar, então, tudo
939 aquilo que eu falei lá na Assembleia, bem breve. Do ponto de vista da reunião com
940 uma política específica para o setor, será designada uma reunião. Nós estamos

941 em alinhamento estratégico no Canto da Siriema com todos os servidores da
942 Supram. Tão logo eles retornem na próxima semana, será designada essa
943 reunião, conforme nós nos comprometemos lá na ocasião. No quesito prescrição
944 e multa ambiental, também estamos executando aquilo que nos comprometemos
945 lá, fazer uma consulta à Advocacia Geral do Estado sobre a questão da prescrição
946 e que nos indique, então, se deve existir prescrição intercorrente e qual é o
947 instrumento normativo adequado para que ela tenha. uma previsão antes de sua
948 aplicação. E isso também no que diz respeito a correção das multas. O CAR e o
949 Sinaflor também foram encaminhados. Está aqui no item 10 da pauta. Aí o senhor
950 fique à vontade para fazer os questionamentos. O IEF está aqui para fazer os
951 esclarecimentos. Muitos conselheiros falaram sobre a questão da previsibilidade
952 das regras de licenciamento, e não podemos deixar de enaltecer a Infraestrutura
953 de Dados Espaciais, como o Antônio Malard citou, mas também números para
954 vocês terem uma ideia da amplitude desse sistema, que hoje tanto a Universidade
955 Federal de Lavras já coloca como um instrumento do seu conteúdo programático
956 dos cursos de pós-graduação e também o Cefet, dado o fato de que não foi gasto
957 R\$ 1 de dinheiro público na elaboração desse sistema, foi só com a prata da casa.
958 Foram cinco, seis servidores que se reuniram e foram aglutinando todas as
959 informações e geoespacializados para dar uma segurança de planejamento do
960 empreendimento. Quer dizer que, antes de começar um licenciamento, já se
961 conhece as regras do jogo, para não se deparar com os fatores de restrição ou de
962 vedação com o licenciamento em trâmite. Isso favorece o planejamento, e quem
963 ganha por último, obviamente, é o meio ambiente, porque você está planejando
964 bem aquilo que você quer. Em dois meses – de 26 de março a 30 de abril –, nós
965 tivemos 57.585 acessos na IDE. Não só do Brasil. Do Brasil, são 39.566
966 visualizações, que se seguem pelos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá,
967 Alemanha, Argentina, Portugal e Espanha. Ou seja, inclusive estrangeiros vêm
968 agora conhecer o território mineiro para poder planejar, enquanto Brasil, se
969 escolherem Minas Gerais, conhecerem bem o território antes de adquirir qualquer
970 área que depois tem um fator de restrição ou um fator de vedação. E é por isso
971 que a IDE agrega mais de 350 camadas de informação, o que facilita essa
972 previsibilidade. Isso é tão importante para nós que afeta o meu dia a dia. Quando
973 chega um empreendedor que pede uma audiência lá no meu gabinete, como
974 aconteceu há umas duas semanas, ele chegou e falou: ‘Secretário, eu quero
975 investir em Minas Gerais, eu estou no Estado X e tenho aqui três áreas para
976 adquirir no Estado. Eu não quero ter surpresas. Qual área é mais interessante
977 para eu ter o meu empreendimento na data X?’ Antes dessa administração, era
978 impossível dizer isso, qualquer previsibilidade era bola de cristal. ‘Não vai ser eu
979 quem vai dizer. O senhor me dê as coordenadas, e nós vamos à IDE.’ Fomos
980 juntos, colocamos as três coordenadas das três áreas. ‘Esse aqui vai ser
981 Licenciamento Ambiental Simplificado, que não tem nenhum fator locacional, não
982 é uma área sensível demonstrada pela IDE, o prazo é de 6 a 11 dias. Esse aqui é
983 o licenciamento concomitante, você pode requerer o licenciamento com base na

984 Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação. Na nossa marcha hoje
 985 de processos novos, isso está sendo analisado de 6 a 8 meses. Esse aqui é o
 986 licenciamento trifásico, nós temos fatores locais previstos, é um
 987 empreendimento de grande porte, o seu licenciamento, no mínimo, durará dois
 988 anos, porque em um ano você terá que elaborar o Estudo de Impacto Ambiental
 989 com a sazonalidade dos períodos seco e chuvoso, o que levará a um tempo além
 990 do tempo legal de análise do órgão ambiental, que é de um ano, quando prevista
 991 a exigência do EIA/RIMA'. Ele não escolheu o licenciamento simplificado, ele
 992 escolheu o concomitante, mas nós demos a ele a oportunidade de decidir o seu
 993 planejamento com base em outras questões: logísticas, tributárias, de município,
 994 relação com município, questões trabalhistas. Ou seja, esse tipo de previsibilidade
 995 é o que a IDE, na prática, hoje, tem nos fornecido. Por isso, mais uma vez,
 996 parabéns a toda a equipe da SEMAD, que conseguiu, por si só, de ofício, elaborar
 997 essa IDE, que é a base de toda alteração normativa que nós fizemos. Dentro
 998 daquela via de mão dupla. Precisamos ser cautelosos onde o território nos indica
 999 a cautela e podemos ser mais expeditos onde o território nos indica assim. Então,
 1000 meus parabéns a todos vocês.” **6) MISSÃO NA CHINA - REAPROVEITAMENTO**
 1001 **DE REJEITOS DA MINERAÇÃO E A ECONOMIA CIRCULAR DA INDÚSTRIA E**
 1002 **DA MINERAÇÃO. Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente**
 1003 **(FEAM).** Alder Marcelo de Souza/FEAM fez apresentação da Missão na China,
 1004 realizada em maio de 2018, com foco no reaproveitamento de rejeitos da
 1005 mineração e na economia circular da indústria e da mineração. **Debates.**
 1006 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Hoje aqui, mais cedo, secretário, o senhor
 1007 falou que a SEMAD não era uma secretaria de licenciamento ambiental, que era
 1008 uma Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Isso é o que eu
 1009 acho que realmente se espera da secretaria. E essa iniciativa é louvável, essa eu
 1010 acho que é ‘a iniciativa’. Nós temos que, cada vez mais, trabalhar no sentido do
 1011 aproveitamento dos rejeitos. Eu não sei como operacionalizar isso, mas talvez
 1012 devêssemos trazer a Minas alguns desses empresários que lá fazem essa
 1013 transformação de rejeitos para ver, em conjunto com a Fiemg, iniciativas locais.
 1014 Talvez o Ibram, a Fiemg e a SEMAD pudessem se consorciar para trazer alguns
 1015 desses empresários aqui. Essa realmente é ‘a iniciativa’, porque é uma forma de
 1016 podermos aproveitar isso.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu também
 1017 acredito muito nisso. Obrigado pela palavra. Além de ser nosso dever legal, que
 1018 está previsto desde o desastre, como diretriz da Assembleia, o Estado fomentar
 1019 alternativas à disposição de rejeito. É isso que nós estamos fazendo dentro
 1020 dessas diretrizes. Para dar uma notícia boa, como o Alder falou que em janeiro
 1021 nós fizemos um seminário com a Holanda, que decorreu da visita técnica à
 1022 Holanda – que tinha outro objetivo, monitoramento geotécnico –, o nosso
 1023 seminário com a China já vai se realizar no segundo semestre, já foi combinado
 1024 com eles. Seria em setembro, mas, pelas regras eleitorais, teriam muitas
 1025 vedações para fazer a comunicação do seminário. Aí nós fomos sugeridos pela
 1026 AGE e pelo Tribunal Regional Eleitoral para passar para novembro. Então, em

1027 novembro, nós teremos aqui a presença dos chineses para fazer o segundo
1028 seminário técnico com essa temática. O grande desafio, primeiro, é conseguirmos
1029 dar escala. Para isso, precisamos da ABNT com normas regulamentadoras que
1030 consigam estabelecer um padrão para o produto, que depois possa ser adquirido
1031 com segurança pelo mercado. O segundo desafio é colocar em conversa o setor
1032 da construção civil e o setor mineral. Eu chamei uma reunião, com apoio do
1033 Adriano Manetta, que aqui está representando o mercado imobiliário, do
1034 Sindixtra, na pessoa do Fernando Coura, e daqui a três semanas nós faremos
1035 uma reunião para fazer essa mesma apresentação para os principais
1036 representantes hoje do setor da construção civil e também do sindicato das
1037 mineradoras. Eu acho que um erro que tem acontecido é quando você onera, por
1038 exemplo, uma mineração a fazer um produto que não é a sua expertise. Sua
1039 expertise é a mineral, então, você tem que colocar um mercado, uma economia
1040 circular de modo que um outro setor consiga se aproveitar daquele que aquele
1041 setor não consegue, criando toda uma sustentabilidade econômico-financeira do
1042 ponto de vista ambiental.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “A proposta do
1043 Grillo é muito interessante. A Federação das Indústrias já vem trabalhando, há
1044 algum tempo, com economia circular. A fala do secretário, em resposta, é toda
1045 positiva e toda necessária no ponto que ele falou. Nós temos enfrentado algum
1046 problema, secretário, com interpretação do resíduo como produto. Porque se
1047 conversa muito de rejeito, e rejeito é aquilo que não pode ser aproveitado para
1048 mais nada, e vamos ter que jogar fora. Mas na conversão de resíduo para produto
1049 nós encontramos muita dificuldade na legislação ambiental. Nós teríamos que ter
1050 um pensamento maior sobre isso para verificar exatamente o quanto um resíduo é
1051 perigoso e quando ele vira produto ele deixa de ser resíduo e não tem a
1052 periculosidade que o resíduo teria. Essa é uma das primeiras coisas que nós
1053 temos que discutir. A outra coisa para dar escala, secretário, no trabalho que nós
1054 temos feito com a economia circular, é que toda a legislação tributária brasileira é
1055 para a economia linear. Então, quando você faz o circular, o resíduo que vira
1056 produto, muitas vezes, é sobretaxado duas, até três vezes, e aí o preço dele fica
1057 maior do que o produto feito com o natural. Então, eu acho que é, sim, um grande
1058 passo e acredito que vocês lá não tiveram tempo de verificar como é esse
1059 tratamento na China. Mas eu acho que, paralelo ao estudo técnico da
1060 transformação do resíduo ne produto, nós precisamos ver o seguinte: que tipo de
1061 incentivo precisamos dar na própria legislação ambiental e na legislação tributária,
1062 o que é muito importante nessa questão da reciclagem.” Conselheiro Adriano
1063 Nascimento Manetta: “Eu acho espetacular que o governo do Estado e a
1064 Secretaria tenham tomado essa iniciativa. É até de se pensar assim: ‘Como é que
1065 ninguém pensou nisso antes e passou na frente?’ Nós temos essa experiência,
1066 como ele falou da Minerita, tem um outro produtor de pavimento em Macacos,
1067 mas a vida inteira essas tecnologias saíram caras, cinco vezes o custo de uma
1068 construção normal, alguma coisa assim, de tal maneira que você só consegue
1069 utilizar quando há subsídio. Então, eu fico muito esperançoso pensando que nós

1070 vamos ter algum caminho de outras tecnologias vindo dessa parceria com a
1071 China, que coloquem isso em uma economia de mercado. Se você pensar a
1072 possibilidade de fazer bloco autoportante com rejeito, é para faltar rejeito na praça,
1073 com o tamanho que está o nosso 'Minha casa, minha vida'. Mesma coisa, eu
1074 tenho visto a Vale desenvolver tecnologia para empilhar finos pelotizados – não
1075 sei se é esse o nome técnico – em pilhas de grande inclinação. Será que esses
1076 finos não vão servir para fazer material de base de pavimentação? Isso também é
1077 outra coisa que esgota o rejeito na praça. Enfim, eu acho que é uma construção
1078 conjunta, tem que envolver os setores todos tendo maior interesse nessa
1079 articulação, e, fundamentalmente, uma questão de tecnologia, saber fazer o que
1080 ainda não está pronto aqui para nós. Então, muito boa iniciativa.” Conselheiro
1081 Julio Cesar Dutra Grillo: “Nesse sentido do ‘saber fazer’, a sugestão é incluir
1082 também a universidade.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Muito bem
1083 lembrado.” Conselheiro Rinaldo César Mancin: “É fantástica a iniciativa, Germano
1084 e Alder. Eu acho que vocês trouxeram uma visão extremamente interessante. Nós
1085 vimos nos debatendo lá no Ibram, há bastante tempo, com esse tema. Tem alguns
1086 desafios, e um deles é legal. Eu vou explicar. A Política Nacional de Resíduos
1087 Sólidos e a Política Nacional de Segurança de Barragens não se comunicam. O
1088 rejeito, na Política de Resíduos Sólidos, tem uma característica de inservível, algo
1089 que não pode mais ser utilizado é caracterizado como rejeito. E no mundo mineral
1090 a linguagem é outra. O Alder é engenheiro de minas. O rejeito para nós tem dois
1091 mundos: o estéril, sem qualquer possibilidade de uso, e o rejeito que, para nós, é
1092 algo que ainda tem presença de minerais. Então, secretário Germano, há um
1093 campo legal de se deixar essa situação mais clara entre as duas políticas. É um
1094 pleito do Ibram até junto à nova Agência de Mineração. Curiosidade: ao
1095 minerador, utilizar o rejeito que está disposto, por exemplo, em uma barragem,
1096 para fazer uma segunda mineração naquele rejeito, é uma complexidade
1097 monstruosa. Em suma, a lei não permite que ele faça isso. Recentemente, foi
1098 aprovado o decreto que regulamenta o código mineral, na terça-feira da semana
1099 passada, e ele estabelece a possibilidade de se fazer um segundo uso do rejeito
1100 até por um terceiro naquela área. Esse é o ‘Santo Graal’ da mineração atual,
1101 minerar com mais eficiência, com menos rejeitos. Resíduo, para nós, é um
1102 passivo, resíduo, para nós, é algo que tem que ser mantido ad eterno. Custa muito
1103 caro. Todo sistema de auditoria de barragens, tudo que se possa imaginar,
1104 colocado em uma operação que não vai dar nenhum tipo de retorno, é catastrófico
1105 para nós. Secretário Germano, eu queria hipotecar o apoio do Ibram à sua
1106 iniciativa. Para esse seminário de setembro, eu gostaria muito de ser convidado –
1107 o Ibram. Eu acho que temos alguma coisa para agregar. O Wagner, da Fiemg,
1108 abordou muito bem a questão tributária. É fundamental, para isso, equacionar a
1109 questão tributária, dar um tratamento diferenciado. As coisas parecem simples ao
1110 se dizer, mas, ao tentar vender um rejeito, é algo complexo demais do ponto de
1111 vista da legislação tributária. E tem um componente – eu acho que o Wagner
1112 também falou – da caracterização física, química, mineralógica. O Brasil tem

1113 milhares e milhares de concessões de lavra, cada uma tem uma composição.
1114 Transformar isso em padrões industriais é um grande desafio. Há algum tempo,
1115 teve uma audiência pública na Câmara dos Deputados sobre uma política nacional
1116 de incentivo à utilização de rejeitos de mineração na construção civil. Tinha esse
1117 limitador. Eu tive a oportunidade de participar, foi um debate riquíssimo. Vale até a
1118 pena resgatar no contexto. Já há um projeto de lei nacional tramitando nesse
1119 sentido. Parabéns à SEMAD, parabéns pela visita à China. Realmente tem muita
1120 coisa interessante lá.” Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “Eu também gostaria
1121 de parabenizar a missão. Acredito que nós temos muito que aprender e fico me
1122 perguntando o que temos a ensinar. E que esse também seja um desafio enorme
1123 para o nosso governo, para a sociedade, certamente, e para o setor, porque o
1124 esforço tem que ser compartilhado. Não é ‘o setor’, me parece que existe uma
1125 oportunidade de uma inteligência como um cluster mesmo, pensar identidades ou
1126 repensar identidades em Minas Gerais para o setor de mineração, associado a
1127 essa oportunidade econômica, como o produto, não como estéril. E eu diria que
1128 também não é nem coproduto. E o desafio está muito a começar. Talvez para
1129 mostrar em setembro – o prazo é curto – o que tem sido feito para gerar menos
1130 rejeitos, para que também não caia em uma narrativa de que estamos salvando
1131 economicamente com a produção de rejeito. Óbvio que não cabe aqui nenhum
1132 julgamento nesse sentido, mas se preocupar em estabelecer essas pactuações
1133 entre os setores. Tem uma Secretaria de Transporte aqui, e eu fiquei imaginando
1134 que era só comprar o caminhão. Muito simples, o caminhão está lá. Existe uma
1135 cooperação. Então, eu acho que nós temos que demonstrar, nesse seminário,
1136 fazendo. Então, eu coloco assim a pergunta, mesmo porque, para além das
1137 questões legais e orçamentárias e de viabilidade financeira, tem outros países
1138 com os quais eu acho que o Brasil também tem comparação com a logística
1139 reversa. E teve já o envolvimento da Secretaria de Ciência e Tecnologia, no
1140 passado recente, com a Espanha. Nos processos de instalação, a partir dessas
1141 identidades regionais, locais, com esses empreendedores. Aí, certamente, a
1142 Fiemg, no meu entendimento, é peça-chave para amarrar essas pontas. Eu queria
1143 ressaltar aqui também o fato de podermos ter isso como um programa de Estado.
1144 E eu vejo muito, dentro das falas que aqui ouço, que esse é o nosso papel, sim, e
1145 ele é imediato. Se existe uma política de Estado que caminha significativamente
1146 para esse interesse com o setor e não para o setor – isso tem uma diferença
1147 enorme –, e nós estabelecermos as medidas para criação de políticas ambientais
1148 com esse teor. Esse é o nosso papel como conselheiros que aqui estamos. Então,
1149 no meu entendimento, se temos uma resposta de uma missão tão exitosa, cabe a
1150 nós pensarmos – não precisamos responder isso hoje –, mas provocar e dar o
1151 apoio ao Estado para que façamos política ambiental de inovação nesse sentido,
1152 de imediato. Eu fico pensando aqui, para além da bela apresentação, e
1153 parabenizo, em que medida isso me toca, e com a responsabilidade uma resposta
1154 para o Estado como conselheiro. Eu acho que cumpre também o papel inicial da
1155 nossa discussão aqui. Para além das responsabilidades de uma missão, a nossa

1156 responsabilidade de promoção. E assim, como universidade ou como cidadão,
1157 como conselheiro, nós temos que ter essa premissa, de imediato, não como uma
1158 função de apoio. Se assim aqui entendemos que é um programa de Estado bem-
1159 fundamentado, urgente e como oportunidade como essa, é ver o cavalo passar
1160 arreado. Então, eu queria colocar isso aqui para que o nosso presidente se se
1161 sinta incomodado, no melhor dos sentidos, em utilizar este Conselho para que a
1162 gente avance. Se há políticas que estão travando etc., nós temos prerrogativas
1163 estaduais de que devemos ser agressivos, e temos total legitimidade para isso.
1164 Então, é nesse sentido. E por fim, se me permitam, é importante perceber que, se
1165 há uma necessidade de mudança para o setor, o setor tem que querer mudar.
1166 Seria inócua uma política sem esse entendimento. E aqui me parece que a
1167 questão está bem pavimentada. Então, eu queria reforçar esse nosso dever.”
1168 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Quando começamos a fazer essa
1169 reforma do licenciamento, todos diziam ‘mas é muito difícil, não vai dar certo,
1170 deixa como está’. E fizemos. Agora, quando começamos todas as ações de
1171 estratégia de fiscalização, de apoio da polícia, do Ministério Público, na redução
1172 do desmatamento, ‘é realidade, a lei permite o desmatamento, Minas Gerais tem
1173 47% do bioma, é assim mesmo’. Não, conseguimos fazer. Agora, quando nós
1174 começamos as primeiras discussões, todos falaram assim: ‘O setor mineral não
1175 dá conta, o setor da construção civil não está preparado, não tem como fazer, há
1176 uma questão de legislação envolvida, a parte tributária etc.’ Vai ser um desafio
1177 que nós vamos enfrentar, e nós vamos vencer. Nós temos é que começar. Então,
1178 pelo menos essa marca eu estou deixando. Nós vamos começar, não vamos
1179 acabar, obviamente, dentro da minha administração, mas que seja para o futuro.
1180 Mas o que a sociedade mais espera hoje é uma postura diferente do setor de
1181 mineração em convergência com a construção. E é isso que nós vamos fomentar
1182 a partir de agora. E alternativas legislativas sempre encontramos. Não
1183 encontramos para tudo? Para essa também vamos encontrar.” Conselheiro José
1184 Antônio da Cunha Melo: “Quando eu fui gerente da Copasa, convive com
1185 situações similares de rejeito de mineração, porque fui, de uma certa forma,
1186 responsável pela proteção das bacias do ribeirão Serra Azul e da barragem Serra
1187 Azul e do Manso. Então, eu me envolvi nisso e tive que debruçar sobre esses
1188 assuntos e estudar um pouco. Eu queria dar uma sugestão. Dentro dessa visita da
1189 China, eu vi uma série de oportunidades sendo criadas. Independente do que o
1190 Rinaldo, do Ibram, falou das questões legais sobre a utilização de rejeitos nas
1191 barragens, a minha sugestão é que estudemos. Já que os chineses têm uma
1192 performance boa em minério e mineração com minério de baixo teor, talvez
1193 fôssemos, nesse próximo seminário, procurar estudar com eles ou pelo menos
1194 conhecer melhor ou oferecer para eles algumas possibilidades nos rejeitos que
1195 temos de baixo teor, se eles já não têm alguma tecnologia já evoluída lá,
1196 assentada e definida, para que pudéssemos utilizar essa experiência deles com o
1197 minério de baixo teor, que é o que temos nos rejeitos. De tal maneira que
1198 pudéssemos acrescentar no seminário talvez uma sugestão de quem mexe com

1199 engenharia sanitária, mas que, de uma certa forma, já tive que me envolver com
 1200 essas questões ambientais na proteção das bacias da Copasa.” Conselheira
 1201 Lidiane Carvalho de Campos: “Ontem, nós assinamos um contrato de concessão
 1202 de três rodovias mineiras – MG-231, LMG-754 e BR-135 –, de Cordisburgo até
 1203 Montes Claros. A empresa que ganhou é a Eco135, que tem mais nove
 1204 concessões espalhadas no Brasil e tem se demonstrado muito aberta. O
 1205 secretário Germano também participou. No mesmo ato de assinatura de contrato,
 1206 nós assinamos um TAC das rodovias para o licenciamento da operação delas.
 1207 Tem cláusula no TAC para licenciamento das novas intervenções, ampliações,
 1208 está bem-discutido com a Supram Central, bem-discutido com a SEMAD. Eu
 1209 estava vendo aqui a apresentação da FEAM a respeito do asfalto, do pavimento, e
 1210 aqui nós trocamos uma informação: quem dera se conseguíssemos, no DEER,
 1211 implantar essa política de pavimentação das nossas rodovias. E aí, pensando no
 1212 contrato que foi assinado ontem, eu mandei uma mensagem para o diretor
 1213 superintendente, porque eu já havia conversado com ele. Nós temos uma lei aqui
 1214 em Minas para utilização preferencial de asfalto-borracha, e eu já havia
 1215 conversado com eles um pouco sobre isso, já sei que é política deles utilizar o
 1216 asfalto-borracha. Eu pedi informação para não falar coisa errada. Ele falou que,
 1217 nos pavimentos novos, com certeza, eles utilizaram asfalto-borracha. Nas
 1218 manutenções, nas recuperações, já não é uma questão tão simples, por causa da
 1219 tecnologia utilizada, mas que, preferencialmente, utilizarão asfalto-borracha. Eu
 1220 coloquei para ele essa questão do resíduo da mineração, e ele achou
 1221 superinteressante. Inclusive, falou da concessão que eles têm no Espírito Santo.
 1222 Eles fizeram uma parceria com a universidade e hoje utilizam bauxita no
 1223 pavimento. E ficou superinteressado nessa discussão nossa aqui do COPAM e se
 1224 colocou aberto a uma nova possibilidade de utilização de um novo resíduo no
 1225 nosso pavimento. Então, eu achei interessante colocar aqui isso. Se alguém tiver
 1226 interesse em entrar em contato, a Setop está superaberta.” **7) FISCALIZAÇÃO**
 1227 **AMBIENTAL PREVENTIVA DA INDÚSTRIA (FAPI) E FISCALIZAÇÃO**
 1228 **AMBIENTAL PREVENTIVA DA AGRICULTURA (FAPA). Apresentação:**
 1229 **Subsecretaria de Fiscalização Ambiental (Sufis/SEMAD).** Cláudio Vieira
 1230 Castro/SEMAD fez apresentação sobre a Fiscalização Ambiental Preventiva da
 1231 Indústria (Fapi) e a Fiscalização Ambiental Preventiva da Agricultura (Fapa) no
 1232 Estado de Minas Gerais. **Debates.** Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota
 1233 Tostes: “Primeiramente, parabenizar a apresentação. Eu acho que começa a
 1234 proporcionar para nós que temos assento aqui no COPAM uma visão mais
 1235 estratégica do que se pretende fazer e que eu acho que é o que compete a nós,
 1236 auxiliarmos o Estado nessa visão. O que eu tenho a contribuir, pelo que pude
 1237 perceber, tinha uma estrutura clássica de fiscalização e está evoluindo para um
 1238 outro conceito de fiscalização, principalmente a cooperativa preventiva. Eu acho
 1239 que a estrutura clássica deveria caminhar em paralelo com a outra e de forma que
 1240 o rigor da estrutura clássica, em razão da efetividade, para que houvesse a
 1241 consciência da inexistência de impunidade. Eu acho que é muito importante.

Então, eu acho que tanto mais eficiência terá quanto melhor conseguir ajustar os dois tipos de fiscalização. Logicamente, eu acho que o que vocês estão fazendo, que é uma questão de tratamento de dados e de informação para que isso possa gerar conhecimento, você não chegou a esclarecer qual a estrutura que, internamente, montou, mas eu acho que o futuro da fiscalização caminha muito nisso. Hoje, basicamente, eu falo que a base da fiscalização e a mais temida do Brasil é a danada da Receita Federal, e a base da fiscalização deles hoje é tão somente ou grande parte de cruzamento de dados, que são fornecidos pelos próprios contribuintes. Então, eu acho que uma lógica que não foi colocada é essa criação desse banco de dados e dessa análise estatística dessas informações para que se possa gerar maior eficiência e melhor direcionamento do trabalho dos senhores.” Cláudio Vieira Castro/SEMAD: “Conselheiro, obrigado por essa oportunidade. Nesse aspecto especificamente, não apresentamos aqui, realmente, porque caminhamos para a fiscalização preventiva, mas nós temos trabalhado que a fiscalização se compõe de quatro fases: a fase da execução; a fase da fiscalização propriamente dita, a ação fiscal; a fase da resolução do conflito resultante dessas etapas anteriores; e uma fase que eu chamei de execução. Nessa fase da detecção, nós precisamos melhorar os nossos instrumentos de detecção, e isso passa pelo aprimoramento dos avanços tecnológicos na capacidade de detecção. No que diz respeito à fiscalização propriamente dita, é a utilização de ferramentas de planejamento. Por exemplo, a ferramenta que foi citada, a IDE, como instrumento de planejamento, como instrumento de regularização, é também um instrumento de fiscalização à medida que você geoespacializa as suas fiscalizações. A fiscalização ambiental está na IDE, e a proposição de estar ali não é por acaso, tem resultados que se pretendem a partir dessa geoespacialização. No que diz respeito ao processamento de autos, é preciso trabalhar, principalmente, com a velocidade, com o tempo do processamento. Precisamos processar mais rápido. De fato, nós somos muito morosos nisso. Nós temos que trabalhar o passivo no conceito dos riscos de prescrição que possam estar inseridos, mas temos que trabalhar também no presente. É necessário tornar os processamentos administrativos mais céleres, essa resposta tem que ser dada mais rápido. Até porque nós vemos que, do ponto de vista do pagamento das penalidades de multa aplicada, as multas que mais são pagas são aquelas que estão mais próximas do momento do cometimento da infração, do momento em que essa cobrança, de fato, é feita. Quanto mais distante isso se encontra no tempo, menor é o efeito do pagamento. E aí perdemos efetividade. E no que diz respeito também à execução, porque a leitura que nós fazemos é que o Estado tem sido muito passivo sob o ponto de vista judicial. Existem determinadas situações. Não é a mesma leitura que a Advocacia Geral do Estado faz, é a leitura ambiental. Com foco na reparação do dano, com base naquela infração propriamente dita, na dimensão dela, no tempo, no espaço, com base na característica desse infrator especificamente, com base naquele setor, especificamente, que é de interesse da política do Estado, o Estado tem

1285 que sair da postura passiva no aspecto da execução e propor ações para que não
1286 venha sofrer, inclusive, reveses de responsabilização ambiental em determinados
1287 casos. Então, nesse sentido, o secretário já determinou, por exemplo, a criação de
1288 uma comissão específica, que é uma comissão permanente, com a participação
1289 de vários órgãos dentro da estrutura do Sisema, com o propósito de estabelecer
1290 quais são esses critérios que nos levariam ao apontamento de uma situação em
1291 que nós deveríamos ir para o polo ativo, que tipo de critérios serão esses. A
1292 apresentação sistemática e regular de casos para uma visão geral do sistema,
1293 daqueles em que nós podemos ou não atuar. E, a partir da definição desses
1294 casos, o encaminhamento sistematizado e com determinados padrões à
1295 Advocacia Geral do Estado para essas ações. Então, tem muita coisa aí. Nós
1296 falamos mais, caminhamos mais no sentido da fiscalização preventiva, mas é
1297 absolutamente relevante isso que o senhor colocou. É preciso que a nossa
1298 fiscalização repressiva funcione bem, antes que possamos também imaginar que
1299 ela possa ser abandonada. Nós sabemos, na experiência internacional, de outros
1300 países, que existem, sim, possibilidades. Desde que funcione bem, funcione
1301 adequadamente, pode, sim, ter um contexto muito bom. E aí às vezes até
1302 abandonar questões. Por que multas tão elevadas? Porque na verdade se obtém
1303 essa efetividade por outros caminhos e não necessariamente pelo valor de pena.
1304 Enfim, é só uma complementação, tem muita coisa para discorrer a respeito
1305 disso.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Senhor presidente, eu ia
1306 pedir que, em relação à fiscalização, se fosse possível, se adotasse a mesma
1307 sistemática que eu pedi em relação ao licenciamento ambiental. Que seria essa
1308 apresentação ou disponibilização dos dados de forma periódica para os
1309 conselheiros, para que houvesse um acompanhamento melhor dessa questão.”
1310 Presidente suplente Anderson Silva de Aguiar: “Ok. Eu vou pedir para a
1311 Secretaria Executiva registrar o pedido do conselheiro, juntamente com o pedido
1312 que já foi feito para a regularização, para que possamos consolidar os dados no
1313 período quadrimestral, a forma como vimos fazendo o apontamento dos dados.”
1314 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Na minha fala anterior, eu peguei
1315 uma carona em uma manifestação do Manetta quando ele disse que já se
1316 observava na nossa Secretaria de Meio Ambiente de hoje uma aproximação com
1317 o setor produtivo no sentido da recuperação e da preservação do meio ambiente.
1318 E eu falo isso, repetindo, com meus 20 anos de COPAM e 25 anos de Faemg:
1319 isso não era assim, o órgão ambiental, no mais das vezes, enxergava o setor
1320 produtivo – especialmente o agropecuário – de uma forma complicada e
1321 preocupante. Isso nós estamos notando, e essa questão da fiscalização é uma
1322 indicação muito clara de que está tendo uma mudança. E esperamos que seja
1323 permanente e que traga novas ideias. Cláudio, parabéns, você fez uma belíssima
1324 apresentação. Com respeito à questão da ‘inveja’, você pode pedir socorro ao
1325 latim. E eu não sei nada de latim. Tem o *dolus bonus* e o *dolus malus*. Essa
1326 ‘inveja’ é *dolus bonus*. Os latinos que me corrijam. Agora, quando se fala em
1327 fiscalização, eu quero trazer para o português as palavras de Che Guevara. Tem

1328 que endurecer sem perder a ternura. A sua palestra foi exatamente isso, você
1329 conseguiu falar de forma positiva e construtiva desse indivíduo que se chama
1330 'fiscalização'. E não se iluda, Cláudio, ao longo desse tempo todo que eu conheço
1331 fiscalização em Minas Gerais, a intenção era arrecadar e nenhuma outra que não
1332 fosse arrecadação. Então, agora, vocês vão ter que fazer um esforço hercúleo
1333 para tirar da mente dos empreendedores de modo geral que essa fiscalização
1334 agora é de maneira integrada etc. Essas observações de um modo geral. Na
1335 Fapa, Fiscalização Ambiental Preventiva das Atividades da Agricultura, você citou
1336 alguns problemas com a questão do período eleitoral, problemas também que nós
1337 nos unimos para discutir um pouco atrasado, e mais questões que estão surgindo
1338 agora e que não tínhamos pleno domínio. Essa questão da greve dos
1339 caminhoneiros foi fatal para os setores da suinocultura e avicultura, foi uma
1340 quebrada de perna. No setor da avicultura, então, com prejuízos que eles não vão
1341 recuperar antes da metade do ano que vem. E novas questões também que estão
1342 surgindo com respeito ao mercado internacional de produtos de avicultura e
1343 suinocultura. Enfim, nós fizemos a reunião com o pessoal com quem tínhamos
1344 combinado, e ficou de haver um segundo momento – ainda por hoje, amanhã ou
1345 depois –, com os diretores, aquelas pessoas que determinam 'vamos fazer, não
1346 vamos fazer'. Porque no grupo de pessoas que compareceu à nossa primeira
1347 reunião conjunta tinha muita gente do operacional, e o operacional fala 'como
1348 vamos agora abrir uma porta para fiscalização se a Secretaria de Meio Ambiente
1349 nos deve tanto?', em matéria de toda essa política que eu disse pretérita,
1350 equivocada, tanto no licenciamento, na questão dos passivos, que estão sendo
1351 corrigidos agora. Então, eu espero que, no máximo, na sexta-feira, tenhamos um
1352 quadro fechado a respeito da Fapa, se Deus quiser. Um quadro fechado. Não
1353 estou falando que é participar ou não participar." Cláudio Vieira Castro/SEMAD:
1354 "Eu agradeço. E torcemos muito. Com vimos falando nas nossas reuniões, nos
1355 nossos encontros, eu acho que essa é a tranquilidade que tem que ser passada
1356 para o setor. Na verdade, a fiscalização preventiva não tem o propósito de
1357 detecção de alvos de fiscalização. Esse exercício da detecção de alvos, pura e
1358 simplesmente, pode ser feito de outras maneiras. Por exemplo, como os senhores
1359 viram na fiscalização repressiva, em que temos eficiência de 68%. Então, na
1360 verdade, não é esse o propósito, é um programa que caminha em uma direção
1361 diferente. E eu acredito, particularmente, e essa é a posição também da SEMAD –
1362 por óbvio, por tudo que ela tem determinado nesse sentido –, que se trata
1363 realmente de uma grande oportunidade. Eu acho que à medida que evoluímos
1364 esse conceito, à medida que trabalhamos com o setor produtivo nesse diálogo,
1365 que tem sido tão produtivo nos nossos encontros, no sentido de se ouvir a esse
1366 respeito, sem também fingir, sem, por exemplo, prometer coisas que não podemos
1367 dar. Nós temos vivido essa experiência, e eu acho que isso é muito bom e resulta
1368 em algo melhor. Então, eu acredito e aposto. Eu sou um extremo otimista nessa
1369 direção. Oxalá que possamos realmente concluir e iniciar logo essa primeira
1370 etapa, assim que a legislação eleitoral nos permitir." Conselheiro Wagner Soares

1371 Costa: “Carlos Alberto, mexer com fiscalização é igual mexer com escorpião. Se
1372 você não souber aonde ele está, ele vai te picar mesmo. Agora, se você souber
1373 aonde ele está, você pode tratá-lo bem, colocá-lo dentro do vidro e ficar tranquilo
1374 com ele. Então, não se esqueça disso, vamos trabalhar sempre com um escorpião
1375 perto de você. Quando o secretário procurou a federação para participar como
1376 apoiadora desse processo, foi um alvoroço lá dentro da federação com essa
1377 questão de exatamente mexer com escorpião. Mas, depois que começamos a
1378 trabalhar e vimos exatamente qual era a intenção... É o seguinte. A sanha
1379 arrecadadora é quando o escorpião está escondido. Quando escorpião se coloca
1380 à mostra, ele não tem essa sanha de arrecadador. Por quê? Porque só será
1381 multado quem estiver errado. É igual radar. Só é multado quem passa acima de
1382 60 ou acima dos 80. Se você passar a 60, não adianta o fiscal estar lá, que ele
1383 não vai poder te cobrar. Então, esse é o trabalho que pensamos nesse sentido.
1384 Para o conselheiro Gustavo Tostes, apesar de a fiscalização ser educativa, a
1385 punitiva permanece. Porque o não cumprimento não tem perdão, o não
1386 cumprimento é penalizado. Ele só foi avisado de que seria fiscalizado. Se ele não
1387 atendeu ao aviso, não tem perdão. Então, eu acho que não tem muita separação
1388 dessas duas fiscalizações, elas continuam extremamente corretas. Agora, a
1389 grande questão – e que o Cláudio colocou para nós aí – é o foco na reparação de
1390 danos. Tinha, antigamente, o seguinte: pagou, pode continuar poluindo. A filosofia
1391 desse tipo de fiscalização não é essa, não é ‘pagou a multa e pode continuar
1392 poluindo’. A filosofia é educar com foco na reparação dos danos. Depois de feito
1393 esse trabalho todo, nós percebemos que o empresário que está correto ficou
1394 satisfeito com a fiscalização. Porque a competição é negativa. Quando eu estou
1395 correto, eu tenho um custo de produção maior do que aquele que não está
1396 correto. Então, ao acontecer a fiscalização, ele começou a perceber que era
1397 benéfico nesse sentido. Agora, a polícia, que é sempre o maior medo da gente,
1398 nós tivemos nela um parceiro consciente do que estava sendo implementado.
1399 Tivemos muito poucos problemas com a polícia. Os problemas que existiram
1400 foram logo resolvidos com apoio do comando geral. Então, fique apreensivo
1401 porque você está mexendo com escorpião.” Conselheiro Adriano Nascimento
1402 Manetta: “Já é a segunda vez que eu vejo uma exposição do Dr. Cláudio, e pela
1403 segunda vez chega a ser surpreendente essa mudança de paradigma. E dentro
1404 disso, voltando àquela colocação que eu fiz no início, que o Carlos Alberto trouxe,
1405 o nosso sistema de fiscalização foi muito mal usado, para todo tipo de finalidade
1406 ao longo da história, menos conservação do ambiente. Então, nós temos esse
1407 receio que o Wagner trouxe, pensamento na cabeça do empreendedor: ‘Uai,
1408 pagar a multa é muito mais barato que correr o périplo do processo de
1409 licenciamento ou de alguma autorização’. Outro pensamento recorrente: ‘Eu fui
1410 autuado. Vou fazer um recurso, que não vai ser julgado mesmo, então, deixa esse
1411 trem parado aí.’ Outro pensamento recorrente: ‘Fiscal ou polícia não perdem
1412 viagem, se vierem, vai ter a autuação’. E vários outros, que decorrem desse
1413 verdadeiro desvio de finalidade do que seja ou deveria ser a atividade

1414 fiscalizatória. Eu coloco isso para ressaltar que, antes de qualquer coisa, é
1415 fundamental acontecer esse processo que houve com a fiscalização preventiva da
1416 indústria, que é matar a desconfiança. Tem desconfiança do empreendedor para
1417 com o fiscal, para com a polícia, da polícia para com o empreendedor, da
1418 secretaria com os outros agentes. Matar isso tudo, trazer, no âmbito de seriedade,
1419 de equilíbrio, o que vai ser feito. E em uma ponta eu faço fé, faço vontade que isso
1420 funcione com a agricultura. Penso que não há um setor que tem mais
1421 desconfiança em relação à fiscalização do que esse. E penso também que,
1422 vencida essa barreira, eu acho que não há outras barreiras maiores. Eu acho que
1423 o maior desafio vai ser fazer isso funcionar exatamente na agricultura, que é um
1424 setor para o qual o sistema de licenciamento pior funciona, é mais complicado. E
1425 junto com isso eu tenho a elogiar o raciocínio e a postura, em especial com
1426 relação à sequência de análise das autuações. Canso de repetir na Câmara
1427 Normativa e Recursal e em outras em que eu assento, defendendo a tese da
1428 prescrição intercorrente, mesmo contra a posição da Advocacia Geral do Estado,
1429 mas muito nesse sentido: auto de fiscalização julgado dez anos depois sem
1430 nenhuma utilidade, é um arrecadaçãozinha mixuruca que não vai fazer diferença
1431 para o Estado, que talvez vai virar uma judicialização. Mas a condicionante que
1432 não foi cumprida, o dano que foi causado permaneceu lá. O infrator saiu feliz da
1433 vida com a infração que ele cometeu. E o que eu enxergo é a mudança desse
1434 paradigma, o caminho se acertando de maneira muito rápida, muito mais ágil do
1435 que eu conseguia imaginar. Então, parabéns pela proposição.” Cláudio Vieira
1436 Castro/SEMAD: “Eu gostaria apenas de acrescentar uma observação. Muito
1437 recentemente, o excelentíssimo senhor governador do Estado assinou um termo
1438 de cooperação – os senhor, evidentemente, acompanharam isso, estiveram
1439 presentes lá na assinatura e puderam acompanhar também através da imprensa –
1440 desse programa de resolução consensual de conflitos, do qual eu não falei aqui,
1441 mas que, no meu ponto de vista, tem um potencial gigantesco para ser utilizado
1442 nesta fase que eu chamo de resolução dos conflitos gerados pela atividade de
1443 fiscalização. Nós vimos país afora resultados muito interessantes, onde tivemos,
1444 por exemplo, a resolução, na mesa de negociação, de 70% do passivo
1445 processual. Então, a geração de passivo processual de apenas 30% daquilo que
1446 foi lavrado como auto de infração, e todos os casos de reparação de danos sendo
1447 resolvidos, ou seja, com potencial gigantesco de promover reparação de dano a
1448 partir da resolução consensual de conflitos. Esse é um programa muito
1449 importante. É claro que nós temos vários desafios, inclusive desafios normativos
1450 para resolver em relação a esse programa, mas a Secretaria de Meio Ambiente
1451 tem trabalhado intensamente nisso. Existem Grupos de Trabalho multidisciplinares
1452 também que estão trabalhando nisso. Nós consideramos isso muito importante.
1453 Eu espero, com muita ansiedade, esse programa de resolução consensual de
1454 conflitos. Porque nós temos também que ser humildes no sentido de não achar
1455 que vamos alcançar o Estado inteiro, mas que vamos, gradativamente,
1456 alcançando esses resultados, aprendendo também com a experiência. Mas eu

1457 acredito quando esse programa estiver maduro no Estado e considerando o
1458 ineditismo de Minas Gerais de ter acrescentado a esse programa não só a
1459 instância administrativa, mas também a instância do Poder Judiciário, através do
1460 Ministério Público e do próprio Tribunal de Justiça, com um potencial muito grande
1461 de resolvermos não só a esfera administrativa, mas também a esfera cível e a
1462 esfera criminal em uma mesma sentada, uma mesma rodada. Isso é muito bom.
1463 Então, nós temos investido muito nisso como um instrumento em que apostamos
1464 muito. Com qual propósito? Deixar de ficar pensando no passivo processual e
1465 passar a pensar ou focar a nossa atenção no passivo ambiental. É aí que está o
1466 contexto, como bem destacou o conselheiro Adriano, no sentido de que a
1467 reparação do dano não pode sair do nosso foco. Também o conselheiro da
1468 Faeng, o Carlos, acrescentou isso. Nós estamos afinados nesse propósito e
1469 temos que caminhar nessa direção.” Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Júnior:
1470 “Só complementando, deixar à disposição também o Crea, que está com a
1471 Câmara de Mediação e Arbitragem e tem obtido muito sucesso nessa câmara.
1472 Recebeu agora uma certificação. Então, estamos de portas abertas. Se quiserem
1473 conhecer o nosso presidente, de repente, podemos fazer uma parceria de
1474 sucesso no sentido de acelerar esses processos e evitar o dano ambiental.”
1475 Presidente suplente Anderson Silva de Aguiar: “Só para lembrar, nós participamos
1476 do evento no Crea, no ano passado, quando foi apresentada a Câmara de
1477 Arbitragem do Crea. Na ocasião, a Marília era a subsecretária de Fiscalização, e
1478 colocamos a parceria do Crea junto com o presidente, o Lúcio, para estreitar as
1479 relações e ampliar as ações também nesse sentido. Muito obrigado pela sua
1480 participação.” Cláudio Vieira Castro/SEMAD: “Secretário, apenas para finalizar. Eu
1481 sinto muito, conselheiro, mas toda vez que estamos discutindo esse assunto, nós
1482 falamos do Crea. Me desculpe, mas está na pauta.” **8) PROJETO DE PARCERIA**
1483 **PÚBLICO-PRIVADA DA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND. Apresentação:**
1484 **Instituto Estadual de Florestas (IEF), Secretaria de Estado de Turismo**
1485 **(Setur), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).** Item retirado de
1486 pauta pela Presidência em função da impossibilidade de comparecimento de
1487 representantes do BDMG. A apresentação deverá ser pautada para a próxima
1488 reunião do Plenário do COPAM. Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “Sobre o
1489 projeto de parceria público-privada, eu queria sugerir a este Conselho que algum
1490 material não seja encaminhado com antecedência. Digo, pois, um dos autores do
1491 projeto antiga ‘Linha Lund’ é o maior especialista nas pesquisas do Dr. Peter
1492 Lund, o professor Cástor Cartelle, com quem eu conversei muito antes de vir a
1493 esta reunião. Tem um projeto original que ele coordenou e apresentou na Câmara
1494 de Infraestrutura, em 2008. E eu pedi que ele ilustrasse um pouco esse projeto
1495 original e aquilo que ele entende que tem sido feito. Ele coloca várias questões
1496 que eu acho que não cabem aqui detalhar, mas fica a minha sugestão que, para a
1497 apresentação, o material seja enviado anteriormente e que, se possível, o
1498 professor Cartelle tenha parte em alguma fala no acompanhamento desse projeto.
1499 Além do projeto original da Linha Lund – que depois se transpôs para Rota Lund –

1500 , existe um projeto também, contratado pelo próprio governo, feito pela PUC
 1501 Minas, em convênio com o IEF, Instituto Estadual de Florestas, chamado
 1502 Programa Carste Vivo. É um programa de educação ambiental do Carste de
 1503 Lagoa Santa e da Rota Lund, que são dois programas que, na sua concepção
 1504 original, estão completamente suportados em um poder dar suporte ao outro para
 1505 ter eficiência. Considerando isso e o conhecimento desses projetos, eu faço essa
 1506 sugestão. Eu não diria como inclusão de pauta, mas encaminhamento de convite
 1507 ao professor Cástor Cartelle, mediante apresentação antecipada desses
 1508 documentos.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu peço à Secretaria
 1509 Executiva que se atende a essa sugestão do Miguel e que, se tiver alguma dúvida,
 1510 convide ele antecipadamente para conversar sobre esse item, já preparando aqui
 1511 a apresentação na próxima plenária.” **9) TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.**
 1512 **FOMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO GERENCIAMENTO E DESTINAÇÃO**
 1513 **ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS POR MEIO DE**
 1514 **CONSORCIAMENTO ENTRE MUNICÍPIOS MINEIROS. Apresentação:**
 1515 **Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Denise Bruschi/FEAM fez
 1516 exposição sobre o termo de cooperação técnica entre o Estado e o Ministério
 1517 Público de Minas Gerais visando ao fomento da implementação do gerenciamento
 1518 e destinação adequada de resíduos sólidos urbanos por meio de consorciamento
 1519 entre municípios mineiros. **Debates e deliberações.** Presidente suplente
 1520 Anderson Silva de Aquilar: “Nós temos um item sobre o acordo firmado, na
 1521 avaliação do termo, uma indicação de um conselheiro na composição da comissão
 1522 de avaliação do tempo firmado junto com a Oscip.” Denise Bruschi/FEAM: “É um
 1523 termo de parceria, que tem uma avaliação trimestral, então, temos que ter uma
 1524 comissão de avaliação. E nessa comissão um dos conselheiros do COPAM faz
 1525 parte. E foi indicado um conselheiro.” Presidente suplente Anderson Silva de
 1526 Aquilar: “É o Cícero Antônio, da Abes. Ele foi indicado ad referendo, e precisava
 1527 trazer para deliberação do COPAM a indicação do conselheiro. O Dr. Germano,
 1528 como presidente do COPAM, fez a indicação ad referendo do Plenário, que
 1529 agora precisa ser referendada pelos conselheiros. Foi indicada a Abes pelo
 1530 assunto ligado a matéria à qual a Abes se dedica já há muito tempo. É a
 1531 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. E também pelo trabalho que vem
 1532 desenvolvendo junto com o Conama, no qual esse é um assunto intimamente
 1533 ligado, em que a Abes está sendo protagonista, sendo a relatora em relação a
 1534 uma proposta de Resolução Conama. Como os aterros são levados para uma
 1535 câmara da qual o Cícero faz parte, que é de Infraestrutura, Saneamento e
 1536 Urbanização, foi a escolha do secretário para fazer a indicação. Mas, como eu
 1537 disse, neste momento, precisamos que os senhores conselheiros deliberem sobre
 1538 essa indicação, se concordam ou se apontam outro nome. Posso colocar em
 1539 deliberação? Se concordarem, entendo que não há outro nome a ser colocado.
 1540 Cumprindo a regra, em deliberação a indicação, como segundo suplente, do
 1541 conselheiro Cícero Antônio Antunes, da CIF, para compor a comissão de
 1542 avaliação do convênio firmado entre a Oscip, que faz parte do Termo de Parceria

1543 048/2018. Em deliberação. Os conselheiros que concordam permaneçam como
1544 estão. Aprovado. Abstenção do Ministério Público, por razões já colocados pelo
1545 Dr. Francisco.” Denise Bruschi/FEAM: “Outra deliberação que foi feita ad
1546 referendo do COPAM é que a questão da assinatura do termo de parceria tem que
1547 ser aprovada pelo conselho da área. O Dr. Germano também aprovou ad
1548 referendo. Já está assinado. Mas submeter ao referendo dos conselheiros. Foram
1549 feitos um concurso de projeto e o processo licitatório. O Cícero, inclusive,
1550 participou do processo licitatório para avaliação, que foi fechado e homologado no
1551 dia 31 de dezembro de 2017.” Presidente suplente Anderson Silva de Aguiar:
1552 “Esse é outro item que também ficou aqui para deliberação. Todos os dois fazem
1553 parte desse item 9, que é o termo de cooperação técnica. O objetivo é o mesmo,
1554 atacar o problema dos lixões no Estado de Minas Gerais, na intenção de propor
1555 ações que ampliem as tecnologias adequadas para destinação dos resíduos
1556 sólidos urbanos. O mesmo assunto. Como foi aprovado ad referendo para que o
1557 convênio pudesse ser firmado dentro do termo de cooperação, eu coloco
1558 novamente. Foi feito, como a própria Denise já colocou aqui, o concurso de
1559 projeto para o edital e depois foi feito o termo de parceria. Foi o Edital 01/2017, e a
1560 empresa vencedora foi a Geosois, que é o Instituto de Gestão de Políticas Sociais.
1561 Então, mais uma vez, para cumprir a regra, eu coloco para os senhores em
1562 deliberação. Os conselheiros que concordam permaneçam como estão. Registro
1563 de abstenção do Ministério Público.” **10) SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE**
1564 **DA ORIGEM DOS PRODUTOS FLORESTAIS (SINAFLOR). ATUALIZAÇÕES**
1565 **GERAIS. Apresentação: IEF.** Item sobrestado para a próxima reunião, devido ao
1566 adiantado da hora, com a determinação para que seja pautado como primeiro item
1567 de apresentação. **11) ENCERRAMENTO.** Presidente suplente Anderson Silva de
1568 Aguiar: “Eu gostaria, em nome do Dr. Germano e de todo o Sisema, de fazer um
1569 agradecimento pelas palavras que foram aqui colocadas quando da apresentação
1570 do item 5, resultados do licenciamento ambiental. É um momento muito vaidoso
1571 para todos nós tanto de colecionar esses resultados como receber o deferimento
1572 dos senhores, em especial a manifestação da Assembleia Legislativa colocada
1573 pelo conselheiro Douglas, mas também a palavra de todos os outros conselheiros
1574 representando suas instituições: Ibram, Fiemg, Faemg, Câmara do Mercado
1575 Imobiliário, Crea, Seapa e também a Ponto Terra. Fica aqui o agradecimento do
1576 Sisema a todos vocês.” Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
1577 presidente suplente Anderson Silva de Aguiar agradeceu a presença de todos e
1578 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

1582 **Germano Luis Gomes Vieira**
1583 **Presidente do COPAM**